

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

IVONE TERESINHA ANGST

**A CADEIA DA FRUTICULTURA ENQUANTO FORMA DE INSERÇÃO
SOCIOECONÔMICA *DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS* NO MUNICÍPIO DE
PORTO VERA CRUZ/RS**

Três de Maio

2013

IVONE TERESINHA ANGST

**A CADEIA DA FRUTICULTURA ENQUANTO FORMA DE INSERÇÃO
SOCIOECONÔMICA *DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS* NO MUNICÍPIO DE
PORTO VERA CRUZ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Co-orientador: Tutor Ms. João Daniel Dorneles Ramos

Três de Maio

2013

IVONE TERESINHA ANGST

**A CADEIA DA FRUTICULTURA ENQUANTO FORMA DE INSERÇÃO
SOCIOECONÔMICA *DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS* NO MUNICÍPIO DE
PORTO VERA CRUZ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof(a). Dr(a). Daniel Gustavo Mocelin
Orientador
UFRGS

Prof(a). Marlise Amália Reinehr Dal Forno
UFRGS

Prof(a). Dr(a). Guilherme Francisco Wradomsky
UFRGS

Três de Maio, RS, 10 de julho de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram e apoiaram para a realização deste, a meus pais e irmãos que compreenderam minhas tantas ausências em família e a minha sobrinha Carolina Backes pelo suporte nos momentos difíceis da minha vida por que passei durante o curso. E em especial os agradecimentos a minha colega de empresa, Cléia dos Santos Moraes que nos grandes momentos de dificuldades de compreensão na elaboração do trabalho, esteve firme ao meu lado, independente do dia e da hora.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial às pessoas que estiveram comigo durante esses anos de caminhada acadêmica, me incentivando e compreendendo as diversas ausências nos momentos bons e menos bons de nossas vidas.

Ao meu colega de trabalho, Gilberto Bárbaro, que com toda a sua paciência e compreensão me ouvia e contribuía com seus conhecimentos sobre a temática levantada durante toda a caminhada acadêmica e orientação no estágio.

Aos agricultores Diva e Silfredo Neis que me receberam de braços abertos na sua propriedade, permitindo com que eu pudesse presenciar o dia a dia da realidade rural.

Ao casal, Edeli Cecília e José Pech que me permitiram acompanhar o dia a dia dos trabalhos na agroindústria, pela grande receptividade e alegria que me acolheram.

Aos agricultores Jacó e Hedi Horn, José e Teresinha Bosketti e Edio e Ana Ehrig que foram muito compreensíveis e receptivos nas entrevistas.

A colega de trabalho Ancila Heck Altmann que me orientou no estágio.

Aos servidores da secretaria municipal da agricultura, pelas longas horas de conversa e troca de conhecimentos e informações.

Ao Co-orientador, João Daniel Dorneles Ramos, que me ajudou no momento de dificuldades de compreensão e teve a paciência de ouvir meus desabafos e me dar retorno, dizendo: não perca a tesão do trabalho.

Ao orientador, Daniel Gustavo Mocelin, que com paciência me alertava dos direcionamentos do trabalho acadêmico.

Ao tutor presencial do Polo de Três de Maio, Geferson Luis Meller, pela ajuda, pelo estímulo e verdadeiro amigo que foi durante a caminhada acadêmica.

A coordenadora do Polo de Três de Maio, Tânia Georgi, pela amizade e carinho com que se dedicou a nossa turma.

Aos colegas do PLAGEDER que durante os momentos mais difíceis da minha vida estiveram do meu lado, me estimulando e apoiando, segurando firme a minha mão.

A colega Rosi Kelly, que foi uma grande companheira de estímulo e realização de trabalhos, pelo companheirismo e estímulo na realização de trabalhos, obrigada pela amizade.

A todas as pessoas que fizeram e fazem parte de minha vida e que compartilham comigo essa experiência e acreditaram no meu potencial.

Se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão, se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir caminho para todos.

(Padre Theodor Amstad)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar em que medida a mudança da matriz produtiva para a cadeia da fruticultura contribuiu para a inserção socioeconômica dos agricultores do município de Porto Vera Cruz. Para isso, procurou-se conhecer a realidade do município onde estavam inseridos estes agricultores e o que os motivou para a mudança da matriz produtiva. Também foi necessário conhecer a principal estratégia de organização dos fruticultores, a formação da cooperativa dos Pequenos Agricultores Familiares de Porto Vera Cruz (COOPOVEC) onde os agricultores se envolveram na sua organização, buscando soluções conjuntas para todo o processo da cadeia da fruticultura, tencionando políticas públicas e um maior comprometimento dos técnicos e de outros agentes públicos. O resultado deste trabalho indica que a mudança da matriz produtiva para a fruticultura operou um processo intenso e transformador para as famílias rurais que aderiram a ela, bem como promoveu mudanças na realidade do município em geral, tendo em conta que as famílias seguem atuando de maneira autônoma e associativista e a administração municipal fomenta e respalda o fortalecimento dessas ações através de políticas públicas municipais que vêm sendo elaboradas de maneira a alavancar o processo de desenvolvimento do município.

Palavras-chaves: fruticultura, inserção socioeconômica, cooperativismo

ABSTRACT

This work seeks to analyze the extent to which the change of the productive chain for fruitculture contributed to their socioeconomic conditions of the farmers in the municipality of Porto Vera Cruz. For this, we sought to know the reality of the city where they were inserted these farmers and what motivated them to change the productive matrix. It was also necessary to know the main strategy of organizing the fruit growers cooperative of Small Family Farmers Porto Vera Cruz through it where farmers were becoming active and involved in their own organization, seeking joint solutions to the entire process of the chain of horticulture and intending to public policy and a greater commitment of technical and other public officials. The result of this work indicates that the change of the production matrix for fruitculture operated a processor intensive process for families who adhered to it, and promoted changes in the reality of the city in general, taking into account that families continue to act autonomously and associative and municipal administration encourages and supports the strengthening of these actions by municipal public policies that have been developed in order to leverage the development process of the municipality.

Key words: fruitculture, Socioeconomic status, cooperative

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Presidente da COOPOVEC falando sobre o PAA municipal	50
Imagem 2 – Sócios da COOPOVEC na Fenamilho.....	52

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Área plantada de frutíferas no Brasil e no RS em 2006.....	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AREDE - Associação Regional de Educação Desenvolvimento e Pesquisa
- ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- ASTRF - Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Fronteiriços
- COOPERLUZ- Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste
- COOPOVEC - Cooperativa de agricultores familiares de Porto Vera Cruz
- EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/RS-ASCAR
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- UCP - Unidade de Cooperativismo
- UNICOOPER - Cooperativa Central da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ/RS	
1.1 Histórico do município	21
1.2 Caracterização climática e ambiental	21
1.2.1 Caracterização dos principais solos.....	22
1.3 Caracterização socioeconômica do município.....	22
1.4 O Associativismo no município.....	24
1.4.1 O histórico da Cooperativa.....	24
CAPÍTULO II - DIVERSIFICAÇÃO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	
2.1 Diversificação da produção como processo de inserção.....	28
2.1.1 Fruticultura como estratégia de diversificação	30
2.2. O Associativismo como estratégia de inserção socioeconômica.....	32
2.2.1 Um pouco do histórico	33
2.2.2 O Cooperativismo como estratégia de inserção socioeconômica na agricultura familiar.....	37
CAPÍTULO III - A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO RESULTADO DA MUDANÇA DA MATRIZ PRODUTIVA E SUA PRINCIPAL ESTRATÉGIA	
3.1 Fruticultura – a base da inserção socioeconômica	42
3.2 A inserção socioeconômica resultando políticas públicas em Porto Vera Cruz.....	45
3.2.1 A inserção socioeconômica fortalecendo o associativismo em Porto Vera Cruz.....	46
3.2.2 Iniciativas promotoras e inserção socioeconômica realizadas pela Cooperativa.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.	57

APÊNDICE I - Operacionalização Conceitual.....	60
APÊNDICE II - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA COM AGRICULTORES.....	61
APÊNDICE III.....	63

INTRODUÇÃO

A agricultura ainda tem seguido, em muitos casos, modelos produtivos reflexos de um processo de desenvolvimento econômico proposto pela chamada “revolução verde”. Essa “revolução” de cunho produtivo incentivou a utilização intensa de recursos técnicos e dos solos e outros recursos naturais para o cultivo de monocultura de grãos. O avanço do monocultivo da soja, do trigo e do milho, por exemplo, causou grandes impactos socioambientais visíveis, gerando exclusão social, êxodo, fome e miséria no meio rural, bem como desmatamentos excessivos, retirada de mata ciliar, rios assoreados e solos desprotegidos (NOVAES 2001, *apud* Pacífico IN: SOGLIO, KUBO, 2009).

O intenso uso do espaço agrário com práticas e manejos agressivos aos recursos naturais provocou, em muitas localidades do Brasil, fortes impactos ambientais, principalmente no manejo e conservação do solo. A mecanização agrícola e o intenso tráfego dessas máquinas e o uso indiscriminado de adubos químicos e de agrotóxicos fez com que solos perdessem sua estrutura de maneira que a erosão da camada superficial dos solos também contribuísse para o seu empobrecimento (NOVAES 2001, *apud* Pacífico IN: SOGLIO, KUBO, 2009).

Esse processo ocorreu na agricultura brasileira de uma maneira intensa, atingindo as mais diversas regiões do país, sempre com o foco no monocultivo. Isso fez também com que a aptidão de diferentes solos e relevos não fosse observado, de modo que acabaram sendo utilizados de maneira nem sempre adequada, ou seja, realizado manejo com grande revolvimento do solo e sem preocupação com a permanência de cobertura com palha, o que fez acelerar o processo de degradação dessas áreas. Esse modelo produtivo agressivo ao meio, também gerou problemas às comunidades que vivem da agricultura, prejudicando sua inserção socioeconômica.

Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, esse processo não foi diferente e teve ainda um estímulo diferenciado para o impulso da monocultura de grãos, já que nessa região foram introduzidas as primeiras sementes de soja do país. Dessa forma, o desenvolvimento da região, que atualmente é conhecida como “berço da soja” se deu a partir da monocultura da soja, e que estimulou os agricultores a não considerarem a diversificação da produção como alternativa produtiva.

Considerando que o município de Porto Vera Cruz/RS, faz parte da Região Fronteira Noroeste, pode-se inferir que ele está inserido no contexto acima explicitado, ou seja, esse município também foi influenciado pelo modelo regional de desenvolvimento que se embasou

na monocultura de grãos. Uma especificidade do município pode ser apontada, tendo em vista sua localização geográfica, pois se trata de um município de fronteira fluvial o que proporciona um microclima diferenciado. Esse fator propiciou também o desenvolvimento, além do cultivo de soja, da produção de fumo, ainda que a cultura da soja fosse dominante na economia local.

Outro fator a considerar é o relevo do município que, por apresentar uma localização geográfica costeira, possui especificidades tais como solos jovens, ou seja, com pouca profundidade e apresentando afloramento de rochas, além disso, relevos fortemente ondulados podem ser observados em Porto Vera Cruz/RS, fatores esses que influenciam sobremaneira na formação do microclima anteriormente citado.

Em termos socioeconômicos, uma característica do município que merece destaque é a numerosa presença de pequenas propriedades de agricultores familiares, que apresentam relevos bastante acentuados, maioria no município, em detrimento de áreas mais planas, concentradas em poucos proprietários.

A história do município está calcada em momentos de transformação e de percepção de suas especificidades pelos atores locais. Esse processo fez com que os agricultores de Porto Vera Cruz/RS buscassem alternativas que fossem capazes de se adaptar ao seu relevo, solos, e clima específicos, bem como nas pequenas áreas e que viabilizassem a sua independência na busca por mercados alternativos e menos dependentes do mercado de *commodities*¹. A partir dessa percepção, após anos de experiência e consecutivos insucessos com a cultura da soja, os agentes locais foram encontrando novas possibilidades de viabilizar a agricultura familiar e resolver problemas decorrentes dessa monocultura, causados pela “revolução verde”.

A problemática desta pesquisa diz respeito às novas alternativas identificadas para o município por diversos agentes públicos regionais e que foram fortalecidas e fomentadas entre os agricultores que receberam incentivos e apoio das instituições locais, que possuem trabalhos técnicos relacionados com o meio rural. Esse apoio fundamentou-se no saber também acumulado pelos agricultores, nas visitas técnicas mais assíduas às propriedades, realização de excursões e visitas para conhecer experiências de fruticultura e reuniões entre agricultores e técnicos, para fortalecer o processo. Novas possibilidades produtivas foram aspectos abordados em políticas públicas municipais e programas locais para o desenvolvimento rural sustentável.

¹ Produtos padronizáveis, que podem ser estocados e transacionados internacionalmente.

Frente a essa sinergia entre as características naturais da região, o perfil dos produtores rurais locais e as ações dos agentes públicos, a fruticultura e posteriormente a olericultura foram identificadas como alternativas capazes de atender as especificidades dos recursos naturais existentes e promover uma rentabilidade mais efetiva para as famílias rurais, de modo que houve uma transformação na matriz produtiva que favoreceu a inserção socioeconômica dos agricultores. A partir da percepção destas possíveis transformações da matriz produtiva, indicada na problemática desta pesquisa, pretende-se verificar em que medida as práticas da cadeia da fruticultura promoveram a inserção socioeconômica dos agricultores do município de Porto Vera Cruz.

Com base nesses novos elementos que se apresentaram para o município, iniciou-se uma série de atividades que envolviam desde a pesquisa e estudos sociotécnicos até o fomento dessas novas atividades. Essa mobilização dos agentes locais possibilitou propor e promover soluções para o desenvolvimento da região, a partir de incentivos a uma mudança da matriz produtiva para a fruticultura e posteriormente a olericultura. Essas ações foram trabalhadas de maneira intensa pelos agentes locais junto aos agricultores e sociedade em geral, promovendo entre as famílias uma maior atuação coletiva e, conseqüentemente, uma maior inserção socioeconômica desses agricultores no âmbito do município e também na região.

A justificativa que se propõe para a realização deste trabalho de pesquisa é identificar a existência de um processo de inserção socioeconômica durante as ações que promoveram a mudança de matriz produtiva de uma cultura “predadora” para outra mais sustentável. Dessa forma, essa pesquisa objetiva analisar as mudanças socioeconômicas promovidas pela fruticultura junto a algumas famílias que participaram desse processo. Foram analisados casos de famílias de produtores que aderiram à transformação da matriz produtiva, buscando identificar o perfil dessas famílias e compreender a adoção da estratégia dessas ao se organizarem, inclusive, em uma cooperativa.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com fruticultores e técnicos ligados ao meio rural na região, onde, de posse de um conjunto de perguntas já previamente determinadas, seguiu-se a sequência dessas conforme o desenvolvimento da abordagem do entrevistado, permitindo um diálogo. Outra ferramenta para a coleta de dados foi a participação da autora do estudo como observadora nas reuniões e eventos nos quais os agricultores participaram, tendo em vista analisar a forma de participação e o envolvimento dos fruticultores nas instâncias decisórias da cooperativa.

A estrutura do trabalho está disposta em três partes. No primeiro capítulo é feita uma apresentação mais detalhada do município de Porto Vera Cruz/RS, sobre suas conformações naturais, geográficas e demográficas, bem como características econômicas, históricas, sociais e ambientais, tendo em vista apresentar aspectos socioculturais que favoreceram a mobilização dos agentes locais em prol do desenvolvimento socioeconômico do município, por meio de mudanças que favoreceram a implantação de uma matriz produtiva mais sustentável na localidade. Alia-se a este capítulo o surgimento do associativismo, onde é relatado o histórico da cooperativa criada pelos agricultores familiares e que mostra que a mesma foi uma estratégia dos produtores, utilizada para alavancar a fruticultura no município.

No segundo capítulo são apresentadas fundamentações teóricas que embasaram o estudo de modo a elaborar uma reflexão acerca da inserção socioeconômica de famílias de agricultores a partir de um processo de mudança na matriz produtiva. Aponta-se neste capítulo a diversificação da produção, indicando a cadeia da fruticultura enquanto estimuladora para ações coletivas e mais participativas, e assim oportunizando a inserção socioeconômica dos agricultores.

O terceiro capítulo apresenta uma contextualização das experiências e práticas que contribuíram para a adesão à fruticultura pelas famílias de agricultores, mostrando a relação entre o processo de inserção socioeconômica e as ações coletivas, que evoluíram para o associativismo dessas famílias.

Nas considerações finais, argumenta-se que a mudança da matriz produtiva para a fruticultura foi um processo intenso e transformador para as famílias envolvidas, bem como promoveu mudanças na realidade do município em geral, tendo em conta que as famílias seguem atuando de maneira autônoma e associativa e a administração municipal fomenta e respalda o fortalecimento dessas ações através de políticas públicas municipais que vêm sendo elaboradas de maneira a alavancar o processo de desenvolvimento socioeconômico do município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na realização deste trabalho de pesquisa, que tem por objetivo geral verificar em que medida a cadeia da fruticultura contribuiu para a inserção socioeconômica dos agricultores no município de Porto Vera Cruz, os procedimentos metodológicos foram direcionados para que o acima exposto fosse evidenciado. Esses procedimentos metodológicos foram realizados no período de março, abril a maio de 2013.

Na definição do público pesquisado, a amostra foi intencional, onde se definiu três agricultores representando as famílias de fruticultores, sendo dois deles sócios fundadores da cooperativa, diferenciando apenas pelo fato de ser um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e um terceiro associado que ingressou na cooperativa alguns anos após a sua fundação, portanto, já no decorrer do processo de mudança da matriz produtiva. O foco ficou nos agricultores que aderiram à mudança da matriz produtiva para a fruticultura e que são sócios da Cooperativa de Agricultores de Porto Vera Cruz (COOPOVEC).

Ainda mencionando o público pesquisado, tornou-se relevante integrar na amostra, três técnicos municipais ligados ao meio rural, de diferentes entidades, e que acompanham de forma frequente os agricultores através de assistência técnica e trabalhos de extensão rural. Foi importante considerá-los no estudo, pois representam agentes que também se mobilizaram no processo de mudança da matriz produtiva no município.

Na seleção dos entrevistados, procuraram-se agricultores que poderiam saber mais sobre o processo histórico de mudança da matriz produtiva em Porto Vera Cruz, atores que poderiam validar informações com diferentes perspectivas ou uma visão mais crítica do processo analisado, observando as colocações de Doxsey & De Riz (2002-2003, apud GERHARDT et al, 2009, p. 68).

A abordagem se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social que, nesse caso é a COOPOVEC, que surgiu principalmente a partir da mudança da matriz produtiva para a fruticultura, e assim explicar o desencadeamento do processo, objetivando produzir informações aprofundadas e ilustrativas. Desta forma, foi feita a aproximação através de entrevista e observação com os fruticultores para analisar a sua participação e envolvimento nos diversos processos que envolvem a cadeia da fruticultura e esses reflexos junto a atuação na COOPOVEC.

Nos procedimentos foi realizado um acompanhamento documental e observação na COOPOVEC, onde a pesquisa é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou

retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, será para analisar principalmente os objetivos da mesma, se promovem a inserção das pessoas e de que forma.

Já na observação participante, segundo Gerhardt et al (2009, p. 75), “o pesquisador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada, obtendo informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Essa observação foi realizada através da participação nas reuniões da cooperativa, da diretoria, de dia de campo e participação em feiras, da atuação da cooperativa no programa de aquisição de alimentos (PAA).

Ainda no estudo desta problemática, a entrevista é, segundo Gerhardt et al (2009, pg. 72) “outra ferramenta a ser utilizada pois se constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”. Então o alvo das entrevistas foram as famílias que vivenciaram o processo de mudança da matriz produtiva para a fruticultura e que se organizaram em cooperativa, bem como técnicos da prefeitura municipal, Emater/RS-ASCAR e ONG AREDE do município de Porto Vera Cruz que construíram essa caminhada de forma conjunta.

Segundo Marconi, Lakatos (2009), o objetivo da entrevista é compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados, no caso os fruticultores que são sócios da COOPOVEC.

Adotou-se a entrevista semiestruturada, onde, segundo Marconi, Lakatos, (2009, pg. 279) o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está estudando, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre os assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Isso certamente abrirá um leque para maior percepção da trajetória histórica dos entrevistados na adesão à fruticultura nas suas limitações nessa nova matriz produtiva, a necessidade de procurar assistência técnica e orientações, e a busca por canais de comercialização. Na entrevista semiestruturada o entrevistado pode ter maior liberdade para expressar sua percepção do novo papel de agricultor na busca de maior inclusão na sociedade, tencionando políticas públicas municipais, participação em feiras municipais e regionais e firmando o seu espaço de atuação.

Ao mesmo tempo realizou-se entrevistas com os profissionais da secretaria municipal da agricultura e da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR) objetivando conhecer a trajetória da mudança da

matriz produtiva e a atuação e envolvimento dos fruticultores, bem como quais suas reivindicações e pressão às entidades para alavancar a fruticultura no município.

Os dados da pesquisa com agricultores e entidades e observação serviram para analisar como aconteceu a mudança da matriz produtiva para a fruticultura, quais as dificuldades nessa nova cultura e como os agricultores se inseriram nos canais de comercialização, formação de cooperativa dos agricultores e a busca por políticas públicas municipais que vieram a contribuir para o incentivo à fruticultura e a sua participação no processo.

Os dados da pesquisa documental da COOPOVEC serviam para análise de como se procedeu à criação dessa cooperativa e a participação e envolvimento dos agricultores. Depois dessa análise foi consultada a secretaria municipal da agricultura e Emater/RS-ASCAR para verificar a visão destas sobre a inserção dos fruticultores, sócios da COOPOVEC na sociedade como um todo.

CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Neste capítulo é apresentado o município de Porto Vera Cruz, destacando as suas diversas características históricas e socioeconômicas e formações geográficas. O município serve de referência regional para a mudança na matriz produtiva, segundo aponta a prefeitura e Emater/RS-ASCAR local.

Essa nova matriz produtiva impulsionou os agricultores familiares e técnicos ligados ao meio rural a buscar estratégias que pudessem contribuir para alavancar a fruticultura no município, surgindo então a iniciativa de criação de uma cooperativa dos agricultores que veio a fortalecer ainda mais o grupo que se propôs a atuar nas novas atividades agrícolas.

1.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município de Porto Vera Cruz está situado na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, junto ao Vale do Rio Uruguai. Foi emancipado em 20 de março de 1992 dos municípios de Porto Lucena, Alecrim e Santo Cristo com os quais faz divisa, e é banhado pelo Rio Uruguai com fronteira fluvial com a República Argentina. A sede se situa a uma latitude 27°44' 10" sul e a uma longitude 54°54' 02" oeste, e a uma altitude de 127 metros.

A população do município, conforme dados do IBGE em 2010 era de 1852 habitantes, onde 1412 habitantes são do meio rural. Possui uma área de 113,65 km², dividido em 15 localidades, e sua densidade demográfica (2010) é de 16,3 hab/Km².

O histórico da população de Porto Vera Cruz aponta para a presença de indígenas, certificado pelos utensílios encontrados junto à localidade de Chico Alferes. Posteriormente chegaram descendentes afro-brasileiros, relatado pelos antigos moradores de descendência europeia de quando na sua chegada encontraram esses moradores. Atualmente destaca-se que uma concentração de etnias por comunidades, onde predominam descendentes de italianos e alemães e em menor proporção, descendentes poloneses e afro-brasileiros.

1.2 CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTAL

O clima é considerado subtropical úmido e a temperatura média de 20°C, onde a média das máximas 27°C e a média das mínimas 7°C e com precipitação pluviométrica anual de em torno de 1.850 mm, porém mal distribuídos entre os meses, com concentração nos meses de fevereiro, setembro e outubro, com déficit nos meses de dezembro e janeiro.

Segundo Rodrigues (2011), o município de Porto Vera Cruz registrou o maior valor no número de registro de estiagem do Rio Grande do Sul, com indicador de 3,91 entre uma escala de 0 a 6, com quatro eventos de estiagens entre 2003 e 2009.

Então, segundo os dados acima, as intempéries climáticas acontecem em períodos frequentes no município e que produzem efeitos negativos, principalmente ao meio rural, diminuindo sua produção.

1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS SOLOS

A conformação dos solos do município tem por característica solos jovens que apresentam afloramento de rochas com profundidade inviável para cultivos anuais, tendo em vista as exigências de tais culturas. A classificação desses solos, segundo Streck et al (2002) é de neossolos.

Os Neossolos, segundo o autor anteriormente citado, são pouco desenvolvidos e normalmente rasos, de formação muito recente, encontrados nas mais diversas condições de relevo e drenagem. O uso está restrito ao relevo e a baixa profundidade, exigindo práticas conservacionistas severas. Em geral as áreas de relevo suave ondulado, e ondulado podem ser utilizadas para pastagens permanentes e nas regiões de relevo forte ondulado para reflorestamento e fruticultura (STRECK, 2002). As áreas muito íngremes são reservadas para preservação permanente.

O relevo do município é fortemente acidentado nas áreas de encostas mais altas e se apresenta mais plana nas áreas de várzeas. As encostas são exploradas com agricultura e bovinocultura de leite, segundo informações do escritório municipal da Emater/RS-ASCAR.

1.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A economia do município está fortemente baseada na agricultura, tendo em vista que é um município que possui ainda cerca de 76% da população vivendo no meio rural.

Os aspectos socioeconômicos do município são destacados, segundo a Emater/RS-ASCAR municipal, pelas culturas de soja com 450 ha, o milho com 2000 ha e o fumo com 120 ha, além da fruticultura com 167 ha, segundo dados do IBGE 2011, mas somente 20 ha são destinadas à comercialização, de acordo com informações da prefeitura. O rebanho

bovino totaliza 10.050 cabeças, sendo que 1710 são vacas leiteiras o que demonstra que é considerável dentro da economia do município, segundo dados do IBGE, 2011.

A produção do milho está muito presente nas propriedades para o uso na alimentação animal, contudo a presença de solos neossolos, adubação insuficiente, degradação do solo causado pela erosão e insuficiência hídrica em vários anos, prejudica a sua rentabilidade. Esse cultivo é utilizado pelos agricultores com um viés de auto sustento, ou seja, utilizado nas demais atividades da propriedade e muito pouco para cunho comercial. A produção da soja também é destinada na alimentação de bovinos e aves, através da elaboração de ração.

A cultura do fumo é ainda bastante importante no município e apresenta uma produção de 1.800 kg/ha, totalizando 216.000 kg/ano em 120 ha cultivadas. Isso é representativo, tendo influência considerável na economia do município, na demanda de mão-de-obra, além de possibilitar a entrada de recursos nos período da entressafra, aliado a possibilidade de pós-colheita, denominado resteva do fumo, é plantado o milho safrinha que é beneficiado pelos resíduos de fertilizantes deixados pelo fumo, assim apresentando boa produtividade, conforme dados do IBGE, 2011.

Quanto à produção leiteira no município, o IBGE apontava em 2011 a existência de um rebanho de 1710 vacas leiteiras, com uma produção de 3.659 litros. A baixa produção deve-se ao descaso de muitos agricultores na melhoria das pastagens, cultivadas geralmente em áreas menos férteis da propriedade, segundo a Emater/RS-ASCAR. A partir dos relatos dos técnicos que atuam no município, foi evidenciado um trabalho, a partir de 2012, alicerçado no Programa Estadual Leite Gaúcho². O programa proporciona capacitação aos agricultores para o melhoramento do manejo de rebanho, qualidade do leite, manejo de pastagens, higiene de ordenha, entre outros assuntos.

O microclima do Vale do Rio Uruguai, que favorece o cultivo de diversas espécies de frutas, com aproveitamento de áreas com declividade e solos que contribuem para um fruto mais adocicado tem favorecido o desenvolvimento da atividade de fruticultura no município. São 167 ha de frutas, como, abacaxi, melancia, melão, abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, noz, pera, pêssigo, tangerina e uva, conforme dados do IBGE, 2011. A prefeitura aponta que desses, 20 ha são destinados efetivamente para

² O programa Leite Gaúcho tem como objetivo ampliar e qualificar a bacia leiteira do estado. A meta principal é qualificar mil grupos de 30 famílias, a fim de que se tornem profissionais na bacia leiteira. Disponível em: [http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucha_\[setembro_2012\].pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucha_[setembro_2012].pdf). Acesso em: 03 jun. 2013.

comercialização. Segundo o representante da Emater/RS-ASCAR, muitos agricultores estão aderindo à produção da uva, abacaxi, manga, laranja, amora preta, melancia e melão como possibilidade de alternativa mais rentável e proporcionar assim o aumento da renda, incremento e melhoria da alimentação da família. A caminhada da fruticultura no município de Porto Vera Cruz será discorrida no capítulo III.

O processamento de produtos agropecuários vem se fortalecendo entre os agricultores, onde se destaca a agroindústria familiar de panificação e confeitaria, de derivados de cana-de-açúcar, e de processamento de frutas, esta em processo de construção.

Contribui ainda nos aspectos socioeconômicos do município as criações para autoconsumo³, tais como suínos e aves. Outro aspecto a considerar é a existência de 48 pescadores profissionais artesanais em sua atividade principal de renda a pesca junto ao Rio Uruguai.

O comércio local no último ano teve um incremento de rendimento em relação às últimas décadas em virtude da instalação no município de uma cooperativa que comercializa produtos alimentícios e principalmente insumos. Este último item anteriormente não estava disponível em nenhum outro comércio local.

1.4 O ASSOCIATIVISMO NO MUNICÍPIO

A busca por soluções mais social e economicamente viáveis, fez com que muitos agricultores familiares de Porto Vera Cruz/RS, buscassem na fruticultura e posteriormente na olericultura uma nova alternativa para se manterem no meio rural. É interessante explicar que esse processo se deu através de experiências e trocas de conhecimentos, e que essas famílias ainda estão mobilizadas na construção gradativa dessa nova matriz produtiva.

Uma das alternativas buscadas pelas famílias, para facilitar o processo de escoamento da produção, de busca por incentivos e insumos para a implantação dos novos cultivos e ao mesmo tempo se inserirem no Programa de Aquisição de Alimentos⁴ – PAA foi a criação de uma cooperativa agrícola.

³ Autoconsumo está aqui entendido como toda a produção realizada pela família destinada ao seu consumo próprio.

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 16 jun. 2013.

1.4.1 O HISTÓRICO DA COOPERATIVA

A Cooperativa de Pequenos Agricultores de Porto Vera Cruz (COOPOVEC), foi constituída legalmente no dia 16 de dezembro de 2004, com sua sede e administração inicialmente na Travessa São Luiz, nº60, no município de Porto Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul e tem sua área de atuação prioritariamente no município de Porto Vera Cruz a fins de admissão de sócios.

De acordo com Jacó Horn, atual presidente da COOPOVEC e sócio fundador,

“a discussão sobre a necessidade de organização de uma cooperativa iniciou no ano de 2002 quando começamos a perceber a importância de uma organização que fosse um elo entre os agricultores para que juntos pudéssemos buscar alternativas de produção e assim organizá-la, buscando a comercialização conjunta” (JACÓ HORN, agricultor, 2013).

A discussão inicial sobre a formação de uma cooperativa de pequenos agricultores aconteceu junto à propriedade do agricultor entrevistado, que assim relata “iniciou conjuntamente com os técnicos da prefeitura municipal onde resolvemos convidar outros agricultores que poderiam se enquadrar nesse perfil. Assim foram mapeados 43 agricultores. Inicialmente 21 compareceram às primeiras reuniões”.

“Entre os anos de 2002 a 2004, muitos agricultores foram convidados pela secretaria municipal da agricultura a implantarem áreas frutíferas, principalmente parreirais de uva”, afirma Jacó Horn. Ele ressalta ainda que foram 14 parreirais de uva implantados a partir dessa discussão, onde se tinha um objetivo maior: produzir vinho.

Com os parreirais já em produção, os agricultores perceberam que era mais viável comercializar o produto *in natura*, onde recebiam um valor superior ao geralmente comercializado na região, devido a antecipação da colheita em razão do microclima do Vale do Rio Uruguai. Lembrando ainda que os custos de produção eram baixos, pois exigia poucos equipamentos e o manejo de pragas e doenças era feito com caldas naturais, orientados pelos técnicos da Emater/RS-ASCAR, prefeitura municipal e ONG AREDE.

Esse fato estimulou ainda mais os agricultores à organização de uma cooperativa para facilitar o escoamento da produção de forma coletiva, assim como a necessidade de comercializar seus produtos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No ano de 2004 houve a formalização legal da cooperativa, com 20 associados e que contou com o auxílio de instituições ligadas ao setor rural, como Prefeitura municipal, através

da secretaria municipal da agricultura, ONG AREDE⁵, Cooperluz⁶ e Emater/RS-ASCAR. A COOPOVEC se associou à UNICOOPER⁷ que envolve 14 cooperativas de agricultores familiares.

Essas instituições e entidades foram fundamentais para o incentivo, informações e conhecimento sobre a formação de uma cooperativa, ao mesmo tempo em que foram atores sociais impregnados na concepção do coletivo no estímulo à integração das famílias rurais nesse processo.

O envolvimento dessas instituições e entidades deu-se desde o início da discussão, na sua formação e durante anos no auxílio direto na forma de administração da cooperativa e a elaboração do projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo Jacó Horn, os agricultores foram percebendo que deveriam “assumir de forma efetiva essa organização, caminhando com nossas próprias pernas”.

A cooperativa não tem sede própria e segundo Jacó Horn, “não há essa necessidade uma vez que a produção comercializada pela Cooperativa é recolhida na propriedade dos sócios e transportada diretamente ao município de Santa Rosa e Porto Lucena e entregues às famílias integrantes da Pastoral da Criança que estão cadastradas para receber os mesmos pelo PAA”. Os sócios se reúnem nas residências ou na Sociedade Esportiva de Lajeado Seco, comunidade onde iniciou a formação da mesma, e também por haver um maior número de sócios.

Com o objetivo de promover a autonomia dos agricultores, os técnicos da prefeitura incentivaram alguns jovens, sócios da COOPOVEC, a assumirem o comando da elaboração do projeto do PAA. Hoje, esses jovens já conhecem todo o processo e buscam novos sócios, ampliando assim o volume ofertado. Segundo o técnico da prefeitura municipal, Elias

⁵ AREDE é integrada por Cooperativas, Igrejas e Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e Rurais e desenvolve atividades de Educação, Assessoria, Pesquisa e Formação, junto a organizações populares, escolas, sindicatos, centrais sindicais, cooperativas, centrais de cooperativas, instituições religiosas, instituições governamentais e não-governamentais, grupos e associações de geração de trabalho e renda. Disponível em: http://www.arede.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55. Acesso em: 14 jun. 2013.

⁶ COOPERLUZ – atua em 11 municípios da região, sendo que 80% do mercado localiza-se na zona rural. As atividades abrangem, além da geração e venda, a compra de energia no sistema e a distribuição para as cidades. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=277&Caderno=0&Noticia=439627>. Acesso em: 14 jun. 2013.

⁷ A UNICOOPER é uma cooperativa que opera na compra e comercialização de produtos da agricultura familiar na região de Santa Rosa. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/1066.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

Geovani Horn⁸, “se libertaram da dependência dos técnicos da prefeitura municipal nesse processo e também buscam novas relações com entidades regionais”.

Já o engenheiro agrônomo e colaborador da ONG AREDE, André Camargo, diz que “o estímulo à organização dos agricultores teve como objetivo mostrar que, unidos, colaborando e cooperando, seria possível viabilizar vários processos de sustentabilidade no meio rural”.

Atualmente, a cooperativa conta com 96 sócios, embora nem todos sejam ativos, ou seja, praticamente não participam das assembleias ou ainda no fornecimento de produtos.

De acordo com os dados levantados nas entrevistas, o aumento do número de associados se deve à credibilidade da COOPOVEC diante da busca por canais de comercialização, principalmente o projeto do PAA, que absorve um volume considerável de produtos, como frutas, olerícolas e panificados.

Assim apresenta-se a caminhada que houve para o surgimento da COOPOVEC que foi de forma gradativa, alicerçada principalmente na mudança da matriz produtiva para a fruticultura, e que procura nesta possibilitar o escoamento de uma grande parcela dessa produção, aonde os sócios gradativamente vão percebendo que devem ser mais ativos e participantes, aliando-se ao apoio de entidades ligadas ao meio rural.

⁸ Este técnico não tem parentesco com o agricultor entrevistado.

CAPÍTULO II – DIVERSIFICAÇÃO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

A concepção tradicional de desenvolvimento econômico que norteou o processo de modernização da agricultura desde a década de 1950 trouxe consigo diversas mazelas as quais até hoje estão presentes na sociedade, sendo foco das atuais políticas públicas.

Na agricultura esse processo é caracterizado pela “Revolução Verde”, que foi o processo de modernização da agricultura que visava incrementos de produtividade, bem como liberação de mão de obra. Processo que excluiu agricultores e afetou o meio ambiente. Reflexo desse processo é o cultivo de monoculturas que trazem sérias consequências para os agricultores, principalmente aqueles que possuem pouca área para produção.

Na realidade dos pequenos agricultores, ou seja, da agricultura familiar, a produção de grãos e a falta de diversificação vem sendo alvo de trabalhos buscando transformar essas propriedades, tendo em vista que esse modelo produtivo faz com que o agricultor perca sua autonomia na gestão, bem como no manejo de sua produção. Essa falta de autonomia se dá, tendo em vista que as grandes empresas possuem seus “pacotes” e seus manejos já pré-determinados, fazendo com que a autonomia, bem como as liberdades, na concepção de Sen (2000), fiquem cada vez mais limitadas e até impedidas.

A busca por diversificação e organização social, pelos agricultores vem enquanto uma estratégia de resgatar suas liberdades e sua autonomia, de modo que eles possam ter o controle sobre a cadeia produtiva de sua atividade econômica e, dessa maneira, buscar uma maior inserção socioeconômica.

2.1 DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO COMO PROCESSO DE INSERÇÃO

O conceito de diversificação pode ser entendido de duas maneiras: quando aplicado à atividade agrícola exercida pelos agricultores nas suas explorações ou sempre associado a uma comunidade rural, essencialmente dependente da atividade agrícola (IDRH⁹, 2004).

Os agricultores buscam a diversificação, visando uma inserção em mercados mais específicos. Assim, pode-se verificar a diversificação de produção enquanto uma estratégia capaz de proporcionar vantagens competitivas aos negócios agrícolas, com base na economia de escopo (WAQUIL, MIELE e SCHULTZ, 2010, p. 62). O esforço da diversificação

⁹ As informações referentes a esse conceito foram retiradas do seguinte endereço eletrônico: <http://www.sober.org.br/palestra/2/681.pdf>, acesso em 30 de maio de 2013.

destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo (WANDERLEY¹⁰, 1997).

A diversificação da produção vem sendo o enfoque de muitos agricultores familiares nos últimos anos devido a insustentabilidade, principalmente nas pequenas áreas, do monocultivo da soja. Pacífico, (in DAL SOGLIO, et all, 2009, p. 41), afirma que:

Os fatores fundamentais que ameaçam a sustentabilidade na agricultura prendem-se ao predomínio do padrão Revolução verde: investimento intensivo em capital e insumos químicos; perda da diversidade biológica, degradação dos recursos hídricos; alto nível e erosão; dependência científica e tecnológica exógenas, acentuada por modelos internacionais; falta de uma verdadeira inovação nacional, endógena; predominância do modelo exportador; estrutura fundiária fortemente concentrada e tendência a maiores concentrações (PACÍFICO, in SOGLIO, et all, 2009, p. 41).

O processo de diversificação de produção agrícola, além de aumentar fatores que favorecem a sustentabilidade da propriedade e de promover um incremento de renda para as famílias de agricultores, evita riscos de perdas mais significativas do que em relação à apenas uma cultura na propriedade, ou seja, se há apenas uma cultura, pode sofrer com intempéries climáticas ou ataque de pragas e doenças, além disso, está sujeito às condições do mercado, variando o preço de acordo com a oferta do produto.

Através da diversificação da produção pode ocorrer maior relação entre as pessoas e a busca por conhecimentos diversificados, proporcionando elementos que possam cada vez mais tornar essas famílias autônomas, proativas, participativas, cidadãs. Esse é um processo pelo qual a agricultura familiar tem buscado se inserir no mercado com maior autonomia de produção. Ou seja, essas famílias estão dispostas a buscar desafios que lhe proporcionem melhorias nas condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, alguns autores apontam que:

[...] a reprodução da agricultura familiar depende cada vez mais da capacidade das famílias de fazerem escolhas e desenvolverem habilidades face aos desafios que lhes são impostos pelo ambiente social e econômico em que vivem. [...] A palavra chave é diversificação, pois esta é a única condição capaz de fomentar economias de escopo (VEIGA, 2001, ABRAMOVAY, 2003, *apud* CONTERATO e FILLIPI, 2009, p.44).

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/681.pdf>.

Ainda, segundo Wanderley (1996), a diversidade das atividades na agricultura familiar é uma estratégia que não se destina apenas para ampliar o leque de produtos comercializados, mas também para garantir o autoconsumo. Nesse sentido, o processo da diversificação em uma propriedade rural, bem como em uma comunidade rural pode ser então, um momento em que a organização social pode ser incrementada por esses agentes e, dessa forma, colaborar com a construção de um processo participativo e que vise à inserção socioeconômica dessas famílias.

2.1.1 FRUTICULTURA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO

Dentre as possibilidades de diversificação que são apontadas enquanto alternativa para a agricultura familiar, destaca-se a fruticultura, que é capaz de proporcionar um bom rendimento por área, além da possibilidade de agregação de valor e o incremento na alimentação da família. Essa é uma cultura que possui uma característica de se adaptar a solos menos profundos e relevos mais acidentados, o que vem ao encontro da realidade das propriedades de grande parte dos agricultores familiares que se encontram na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Dados do IBGE (2007),¹¹ apontam, conforme a Tabela 1, a área plantada com as principais frutíferas cultivadas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Os dados da tabela apontam áreas não muito extensas do cultivo de frutas e levando em consideração que na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul grande parte das frutas comercializadas provém de outros Estados, principalmente de São Paulo, e no caso das plantas cítricas, o Estado só consegue atender 60% do consumo nas épocas de maior demanda e tem dificuldade de abastecer e fornecer a matéria-prima para suprir as três indústrias concentradoras de sucos nele instaladas¹². Isso é percebido pelos agricultores entrevistados, que, segundo Teresinha Bosketti, “vendemos bastante, a procura é grande, eu poderia produzir muito mais, a gente vê que as pessoas da cidade preferem comprar frutas daqui do interior”.

¹¹(2007, disponível no site: http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/livro/fruticultura_fundamentos_pratica/1.1.htm). Acesso em 06 fev. 2013.

¹² Idem nota 10

Tabela 1 - Área plantada das principais espécies frutíferas no Brasil e no Rio Grande do Sul, em hectares, no ano de 2006.

ESPÉCIE	BRASIL	RS
Laranja	813.354	27.476
Banana	511.181	11.344
Coco	294.161	-
Manga	78.484	141
Uva	75.385	44.298
Abacaxi	68.495	339
Tangerina	60.993	13.197
Limão	47.085	1.781
Maracujá	45.327	-
Mamão	37.060	311
Maçã	36.107	15.260
Pêssego	22.453	14.706
Goiaba	15.045	703
Abacate	10.515	619
Figo	3.020	1.926

Fonte: IBGE, (2007)¹³

Esse potencial da fruticultura na região é apontado por André Camargo, colaborador da ONG AREDE e ex-funcionário da empresa Cotrirosa, mencionando que “em 1990 inicia na região do vale do Rio Uruguai, especialmente nos municípios de Porto Vera Cruz e Porto Lucena o projeto chamado Fruticultura Tropical onde após vários experimentos verificou-se a viabilidade dessas frutas nessa região”.

Já a agricultora Teresinha Bosketti, afirma que a fruticultura foi o que ampliou de forma significativa a renda da sua família e a relação com outras pessoas:

“numa área de terra com declividade, no ano de 2011 nós tivemos lucro líquido de R\$3.000,00, e quando eu cultivava milho nessa mesma área, o lucro líquido era de mais ou menos R\$900,00. E desde que a gente está nesse trabalho de fruticultura, a gente recebe mais visitas dos técnicos da prefeitura e da Emater, eles sempre dão orientação, incentivam para aumentar mais as áreas e também trazem excursões para conhecer a nossa experiência e a gente já fez muita amizade e também conquistamos clientes que vem até de outros municípios comprar aqui em casa as frutas”(TERESINHA BOSKETTI, agricultora, 2013).

¹³ Idem nota 10

Isso mostra que as áreas devem ser exploradas de acordo com o seu potencial, considerando que na Região Noroeste do Estado de Rio Grande do Sul, o relevo dos municípios costeiros ao rio Uruguai, se apresentam mais elevados e com uma composição de solos menos profundos, criando um microclima propício para a produção de frutas tropicais. Ainda cabe ressaltar, que esse microclima possui vantagens quanto à baixa possibilidade de geadas, bem como a antecipação na época de colheita dessas frutas, em relação as demais regiões produtoras como é o caso da Serra Gaúcha, afirmam os três técnicos entrevistados e, ainda na observação da entrevista, o técnico da Emater/RS-ASCAR, Gilberto José Bárbaro, “os agricultores já faziam muito bem o cultivo de frutas nas suas propriedades, e percebiam que o ambiente era propício para isso, mas produziam praticamente para o consumo familiar, era precisa um pequeno empurrão nosso e eles foram tomando iniciativas, faziam experimentos”.

Diante do exposto, pode-se inferir que a atividade de fruticultura, aliado a estratégia de organização social, como o cooperativismo, pode ser um processo de extrema relevância para o alcance de melhorias de vida, de condições de trabalho para as famílias de agricultores e a sua interação nos diversos segmentos da sociedade. E todo o contexto de organização social para o processo de diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades, se torna um potencial para a inserção socioeconômica das famílias, existindo um processo de interação forte entre agricultores e técnicos, no qual a mudança da matriz produtiva despertou nos agricultores um tencionamento maior e pressão para que os técnicos estejam mais presentes com eles e os agentes políticos direcionem políticas públicas em favor da agricultura familiar.

2.2 O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA

A organização de agricultores buscando alternativas de inserção no mercado não é recente, mas tem sofrido alterações ao longo do tempo. Agricultores, historicamente se organizam em associações, grupos e cooperativas de modo a buscar competitividade frente ao sistema capitalista, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade (SCHNEIDER, 1981).

O cooperativismo tem sido historicamente uma estratégia presente para os agricultores no sentido de busca por alternativas de comercialização, de modo a vencer a desigualdade

inerente a lógica da expansão do capital (SCHNEIDER, 1981) e ainda buscando diminuir as diferenças sociais existentes nas diferentes comunidades rurais.

O autor anteriormente citado diz ainda que o cooperativismo surgiu, historicamente, como um sistema formal, porém simples para a organização dos agricultores e outros grupos sociais com objetivos e interesses comuns. Nesse sentido, pode-se inferir que o cooperativismo também faz com que haja a busca por construção de conhecimentos que possam fortalecer as estruturas e o processo participativo que é inerente a essa forma associativa. É dessa maneira que se pode afirmar que o cooperativismo pode ser uma estratégia, também, para a inserção socioeconômica de pessoas.

Segundo a Lei Cooperativista 5.764, de 16/12/71¹⁴, Art. 4º a cooperativa é: “Uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita á falência, constituída para prestar serviços aos associados”.

A gestão, a propriedade e a repartição de sobras são os três principais desafios que se colocam para o cooperativismo, menciona Veiga, Fonseca (2001):

Assim, é necessário que esses três elementos fundamentais se realizem na sua prática cotidiana. A cooperativa é caracterizada por possuir uma dupla natureza, pois é ao mesmo tempo uma *entidade social* (isto é: um empreendimento financiado, administrado e controlado coletivamente) a serviço de seus associados e uma *empresa*, que, portanto tem de estar voltada para o mercado, ser eficiente e eficaz, sem se perder na disputa desenfreada do mercado capitalista, e ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, na construção de redes de negócios cooperativos e se tornar um embrião de uma nova ordem econômica, social e de uma nova cultura e ética (VEIGA, FONSECA, 2001, p.39-40).

Os agricultores, cientes dos principais desafios ligados ao cooperativismo percebem que devem buscá-los na prática cotidiana para que a organização possa atender as suas necessidades e trabalhar num espírito de cooperação solidária entre todos os associados, sempre pensando na coletividade.

2.2.1 UM POUCO DO HISTÓRICO

O cooperativismo, nas suas formas modernas está difundido no mundo todo a quase dois séculos, e visa o trabalho conjunto das pessoas em todas as suas dimensões – social, econômica e cultural. Mas, anteriormente a isso, havia em outros locais, formas similares,

¹⁴ Lei cooperativista Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 03 jun. 2013

mas não chamadas como cooperativismo. Segundo Veiga, Fonseca (2001, p. 14), o cooperativismo é:

Um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação. O ideal cooperativista se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 14).

Muitas experiências nesse sentido já vêm antes do século XIX onde havia o trabalho de cooperação informal ou ajuda mútua entre os povos do campo. E sendo a cooperação o principal fundamento do cooperativismo, Hansen (1993 apud Siqueira, 2001) aponta que ela é originária do latim *cooperatium*, e significa o ato ou efeito de cooperar.

Foi no início do século XIX que na Europa Ocidental surgiu o pensamento cooperativo moderno, com o advento da Revolução Industrial. As consequências econômicas e sociais da Revolução Industrial fizeram surgir um movimento de ideias nos países europeus que estavam em plena via de industrialização.

Diversos pensadores contribuíram para a formação e uma filosofia que embasa o cooperativismo em todo o mundo até hoje.

Com base nas experiências sucessivas de ajuda mútua nas relações de trabalho, o pensamento cooperativo foi sendo aos poucos elaborado. Dentre estes percursores estão os chamados “socialistas utópicos”, sobretudo franceses e ingleses. Impregnados pelas ideias de justiça e fraternidade, buscavam melhorar o meio socioeconômico, através de organizações sociais que consideravam equitativas. Em resumo, os socialistas utópicos buscavam imaginar e criar uma sociedade mais justa, por meio de associações voluntárias de modificações na organização da produção industrial ou de modificações na organização da produção industrial ou de modificações no regime de trocas (SINGER, 2000 apud VEIGA, FONSECA, p.22-23, 2001).

Pensadores como Plockoy, Robert Owen, Willian King, Lánge, Charles Fourier, Philippe Buchez e Loius Blanc, segundo Veiga, Fonseca (2001) contribuíram para a formação do conceito acima.

O cooperativismo surgiu no início do século XIX como uma forma de reação aos problemas socioeconômicos que aconteceram com o advento do modo de produção capitalista na Europa, através da Revolução Industrial. Na sociedade pré-capitalista o trabalho era

artesanal, sem a separação do trabalhador com os meios de produção onde o artesão tinha controle de todos os estágios dessa produção (SIQUEIRA, 2001).

Com o advento da revolução industrial e consequentemente do capitalismo, o artesão perdeu o controle das fases de produção. Segundo Marx (1999, apud Siqueira, 2001, p. 24) “o trabalho foi dividido, obrigando os trabalhadores a executarem tarefas parciais no sistema produtivo”. Então, os trabalhadores não tinham mais o controle dos meios de produção e sim o capitalista, e o que restou ao trabalhador foi a venda da sua força de trabalho.

Os reflexos das transformações da Revolução Industrial no início do século XIX, “apesar do crescimento produtivo, mostraram uma situação difícil dos trabalhadores, como fome, carência de alimentos saudáveis, aumento do desemprego e ainda péssimas condições de habitação, fruto dos salários baixos recebidos, péssimas condições de trabalho e longas jornadas de trabalho” (SIQUEIRA, 2001, p. 29).

Partindo dessa apresentação dos problemas surgidos com a Revolução industrial e dos principais pensadores que embasam o cooperativismo, torna-se importante mencionar sobre a experiência de Rochdale que se tornou um marco da organização cooperativa até hoje.

O movimento cooperativista moderno iniciou em 1844 com um grupo de 28 tecelões, habitantes de Rochdale, uma cidade com muitos migrantes do interior da Inglaterra e da Irlanda atraídos pelo crescimento da indústria têxtil na região (SIQUEIRA, 2001).

As suas reivindicações de melhores salários e condições de trabalho através de greve de tecelões em fins de 1843, fez com que sofressem opressão capitalista e resultando inclusive na demissão de alguns trabalhadores. Isso fez com que, segundo Siqueira (2001) ocorresse a discussão dos trabalhadores para uma organização de cooperativa para haver maior dignidade aos trabalhadores, onde teve a influência dos ideais do pensador Robert Owen e também dos socialistas, com o modelo de cooperativa de consumo, baseado na autoajuda.

Assim surge a primeira cooperativa em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, com o nome de *Friendly Society*, a Cooperativa de consumo de Rochdale, onde estabeleceram princípios que serviu de base para as futuras cooperativas. Schneider (1999, p.45) aponta estes princípios:

“A sociedade tem por objetivo e como planos, tomar medidas com vistas ao interesse pecuniário e ao melhoramento das condições sociais e familiares de seus membros, reunindo uma quantidade suficiente de capitais divididos em participações de uma libra cada uma, para colocar em prática os seguintes projetos:

- o estabelecimento de um armazém para a venda de víveres, de vestuário, etc.
- Construir, comprar ou edificar um número de casas destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social.

- Começar a fabricação daqueles produtos que a sociedade julgue conveniente para empregar os sócios que se encontram sem trabalho ou que sofram repetidas reduções nos seus salários.
- Para proporcionar aos membros desta sociedade um aumento de benefício e de segurança, a sociedade comprará ou tomará em arrendamento uma ou várias terras, que serão cultivadas pelos sócios que se encontrem sem emprego ou cujo trabalho seja mal remunerado.
- Logo que seja possível, esta sociedade empreenderá a organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do governo ou, dito em outros termos, o estabelecimento de uma colônia que se baste a si mesma e na qual se unirão os interesses, ou prestará ajuda a outras sociedades para estabelecer colônias desta classe.
- Para desenvolver a sobriedade, se abrirá uma Sala de Temperança, tão logo que se julgue conveniente, em uma das casas da sociedade”(SCHNEIDER, 1999, p.45).

Isso foi decisivo para que na Europa surgissem experiências similares. Na França, em 1848, foi criada a primeira cooperativa de trabalho onde tinha como atividade confeccionar uniforme para os cidadãos que faziam parte da Guarda nacional Francesa (SDS, 1999, apud MAGERA, 2005).

Já em 1895, a partir da iniciativa de lideranças cooperativistas da Inglaterra, foi criada a Aliança Cooperativista Internacional – ACI – com o objetivo de haver uma entidade representativa, a nível internacional, para uma integração das diversas cooperativas existentes nos diversos países (SIQUEIRA, 2001).

Os princípios formulados pelo grupo de tecelões de Rochdale foram modificados nos estatutos da Aliança Cooperativa internacional (ACI) em 1937 (em Paris), em 1966 (Viena), em 1995 (Manchester), apresentando-se segundo Valadares, 2002a (apud SILVA, et all, p. 4).

1. Adesão Livre e Voluntária – todas as pessoas que estejam aptas a utilizarem os serviços da cooperativa, e dispostas a assumirem responsabilidades como membros, são livres para ingressar na cooperativa, sem qualquer tipo de discriminação.
2. Gestão Democrática – as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus cooperados que participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões. Os eleitos são responsáveis para com os demais sócios, e cada cooperado tem direito a um voto.
3. Participação Econômica dos Sócios – Os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e controlam-no democraticamente (Gestão Democrática). Se a cooperativa obtiver receitas maiores que as despesas estas também serão divididas equitativamente aos associados, proporcionalmente ao trabalho investido ou à utilização dos serviços da cooperativa. O restante das sobras deve ser decidido em assembleia, podendo ser reinvestido na cooperativa.
4. Autonomia e Independência – as cooperativas são instituições autônomas, controladas por todos os seus membros, buscando atuar com a ajuda mútua e a gestão democrática.
5. Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação, formação e informação dos seus cooperados, dirigentes e colaboradores, buscando o desenvolvimento conjunto. Informando ao público em geral, principalmente aos jovens e aos formadores de opinião, as vantagens da cooperação.

6. InterCooperação – este princípio aborda a necessidade de haver a intercooperação entre cooperativas, as quais realizam troca de informações e experiências através de compras e/ou vendas em comum com a intenção de fortalecer o Movimento Cooperativo.

7. Preocupação com a Comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas (VALADARES, 2002a, apud SILVA, et all, p. 4.)

Além dos princípios reformulados, Santos (2010) aponta que nas últimas modificações nos estatutos da ACI, em 1995, durante o Congresso Internacional em Manchester, Inglaterra, convencionaram a organização cooperativa como:

uma sociedade autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democratizadamente controlada (RECH, 2000 apud SANTOS, 2010, p. 26).

Nessa concepção, o cooperativismo se fortificou no mundo todo em diversas áreas de interesse de grupo de pessoas, inclusive no Brasil, o que retrataremos a seguir.

2.2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

“A história da humanidade relata que o ser humano pratica a união há milhares de anos, que se valiam da união na arte de caçar, de pescar, de construir e de cultivar a terra” e, ainda segundo o SESCOOP (2003, p. 15), “no Brasil existem os exemplos das Missões jesuíticas, dos Quilombos e de diversos mutirões”.

A fundação das primeiras reduções jesuíticas em 1610 no Brasil são apontadas como os primeiros elementos genealógicos na formação de um modelo cooperativo. E segundo o que foi encontrado na OCESP (2001 apud MAGERA, 2005, p.63), “remontando no tempo, vamos encontrar em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais”.

Nesse modelo, segundo Campos (1998), embora tivesse uma configuração inicial limitada, estava fundamentada no trabalho coletivo dos jesuítas sobre os índios numa ação de persuasão e no princípio do auxílio mútuo.

Mas, segundo Ribeiro (1997, apud MAGERA, 2005) não aconteceu exatamente o que se afirmava, que esta sociedade, como cooperativa fosse solidária dando exemplo ao trabalho

coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e família se sobrepunha ao interesse econômico da produção colonial, uma vez que a própria redução jesuítica só pode ser tida como uma forma de cativo, vivendo sob a direção dos padres.

Vimos então que as reduções jesuíticas como referência ao cooperativismo não estava de acordo com os princípios do cooperativismo, como a Adesão Livre e Voluntária, Gestão Democrática, Autonomia e Independência.

No Brasil, o movimento cooperativista moderno surge no século XIX com a criação das primeiras cooperativas de consumo, no Rio de Janeiro e que tinham como objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores (MARASCHIN, 2004).

Já Siqueira (2001) aponta o surgimento do cooperativismo nas linhas roschdaleana, as cooperativas de consumo de Limeira, São Paulo, em 1891, a do Rio de Janeiro, em 1894, em Pernambuco em 1985 e ainda em Campinas, São Paulo em 1987.

Segundo Oliveira (1984 apud CAMPOS, 1998), em 1847, teve destaque o movimento cooperativista por meio do médico francês Jean Maurice Faivre, um grupo de europeus, segundo a fundação no interior do Paraná a colônia Tereza Cristina que tinha sua organização em bases cooperativistas. Para Magera (2005 p. 64), “a primeira cooperativa agrícola do país, que apesar de sua curta duração, muito contribuiu para o entendimento deste sistema de trabalho associativo que o Brasil veio adotar seguidamente depois”.

No Rio Grande do Sul houve a influência no surgimento do cooperativismo pelo padre suíço Theodor Amstadt, que fundou a primeira Caixa Rural Cooperativa, em 1902 através de longos contatos e visitas no meio rural. O Estado, pois ficou conhecido como o berço do cooperativismo brasileiro. Segundo Magera (2005), o incentivo ao fortalecimento do cooperativismo foi reforçado em 1911, segundo Campos (1998) pelo governo federal e estadual, onde o estado estava sob a governância de Antônio Borges de Medeiros que intensificou o tema da cooperação agrária através de um doutrinador e técnico da Itália, chamado Di Stéfano Paternó no qual Oliveira, 1984 (in Campos, 1998) ressalta da aptidão deste no convencimento dos agricultores da importância do processo cooperativismo. Ele foi chamado para esse trabalho, pois tinha um amplo conhecimento e experiência sobre cooperativismo.

Em 1913 destaca-se a Cooperativa dos empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ) e também a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer) na cidade de Santa Maria (RS), segundo Veiga, Fonseca (2001, p. 28). Eles apontam também que esta cooperativa cresceu até a década de 1960, tendo sido pioneira em

múltiplas iniciativas de caráter social, chegando a ser a maior cooperativa de consumo da América do Sul. Segundo Veiga, Fonseca (2001, p. 28-29),

Até 1930, o cooperativismo no Brasil engatinhava. O governo reconhecia a utilidade das cooperativas, mas não a sua forma jurídica distinta de outras entidades. A revolução de 30 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional. A promulgação do decreto 22.239 de Getúlio Vargas deu amplas liberdades para a constituição e o funcionamento de cooperativas no Brasil, pois apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista. Esse decreto foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943, foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais (VEIGA, FONSECA, 2001, p. 28-29).

No período da II Guerra Mundial, a fome na Europa em 1945 estava em evidência, se destaca o desenvolvimento de cooperativas agrícolas como restabelecimento do comércio internacional, onde o governo brasileiro oferecia vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas. Em 1951 foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativista (BNCC), extinto pelo governo Collor na década de 1990.

Com o golpe militar em 1964, são cancelados vários direitos que favoreciam o fomento do cooperativismo e, segundo Veiga, Fonseca (2001, p. 29), “a partir de 1966, o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas”. Acompanhando ainda o histórico das cooperativas no Brasil, Veiga, Fonseca (2001, p. 29) apontam:

Em 1966, houve a reforma bancária, o que levou o fechamento de muitas cooperativas de crédito. Em 12 de dezembro de 1971, no governo Médici, veio o Decreto-Lei 5.764, que regula até hoje as cooperativas. Em 1988, ocorreu o X Congresso das Cooperativas. Com a Constituição de 88, ficou vetada a participação do Estado nas cooperativas e definida a autogestão (VEIGA, FONSECA, 2001, p. 29).

O cooperativismo no Brasil vive hoje um enorme desenvolvimento e aqui queremos destacar também as pequenas cooperativas de agricultores que vão fortalecendo a união dos agricultores com objetivos de se fortalecerem conjuntamente, buscando a melhoria na produção e canais de comercialização.

2.2.3 O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONOMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Num mundo globalizado, com ampla competição e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares possuidores de pequenas áreas de terra, a união dos produtores é fundamental. Segundo Yokoyama (2006):

[...] a formação de grupo de produtores rurais (associações, cooperativas, etc.) pode significar a possibilidade de atender às exigências impostas pelos agentes a jusante. Por meio do compartilhamento de materiais, técnicas e informações e, principalmente, através do aumento de escala, os produtores, em especial aqueles de pequeno e médio portes, podem alcançar as características exigidas que dificilmente seriam alcançadas de forma isolada (YOKOYAMA, 2006, p. 17).

Isso mostra a importância da cooperação, do trabalho coletivo que fortalece os agricultores, em especial os da agricultura familiar que possuem áreas menores e maiores dificuldades de competição no mercado. E, segundo o técnico da Emater/RS-ASCAR, Gilberto José Bárbaro “o importante nesse processo, foi o aproveitamento das áreas com declividade presente na maioria das propriedades, impróprias para culturas anuais, contribuindo ainda com manejo do solo com cobertura verde, evitando a erosão e devolvendo nutrientes ao solo”. Neste sentido, o agricultor Jacó Horn, presidente da COOPOVEC afirma que:

“a caminhada conjunta dos produtores permitiu a troca de informações e práticas, um manejo mais adequado e alternativo de controle de pragas, garantindo aumento na produção, um produto de melhor qualidade e aceitabilidade pelo consumidor e ainda maior força para pressionar por políticas públicas que permitam a gente aumentar as áreas de fruticultura” (JACÓ HORN, agricultor, presidente da COOPOVEC, Porto Vera Cruz, 2013).

A formação de cooperativas é importante, entre outros aspectos, para ajudar os agricultores familiares a inserir seu produto e assim competir no mercado. Segundo Yokoyama (2006), esses produtores que, aliados buscam se fortalecer, necessitam do apoio de entidades, como a EMATER, que pode contribuir através de orientações técnicas para o aprimoramento na produção e manejo dos produtos, bem como a busca por canais de comercialização e de fortalecimento na organização dessas associações.

De acordo com o exposto, a formação de uma rede de entidades que sejam ligadas ao meio rural é importante para o apoio e fortalecimento das cooperativas familiares. Dentre

essas entidades pode-se citar: secretaria municipal da agricultura, sindicato dos trabalhadores rurais, ONG's, entre outros.

A relação entre os agricultores e técnicos pode ser muito promissora, mas também pode apresentar dificuldades e, até gerar conflitos. Nesse sentido, a agricultora Teresinha Bosketti comenta:

“decidi adotar a fruticultura e depois me associar na COOPOVEC pelo estímulo recebido por parte dos técnicos da prefeitura e Emater/RS, fiquei feliz por terem me ajudado nisso porque aumentou muito a minha renda. Mas quando eu fiquei doente, os técnicos não apareciam na minha propriedade e esse era o momento que eu precisava muito deles. Quem me ajudou foi a presidente da cooperativa” (TERESINHA BOSCKETTI, agricultora, 2013).

Quando as demais entidades assumem um compromisso de trabalho conjunto com os agricultores, esse compromisso precisa ser compreendido, estando ciente de que se trata de um processo, o que exige a observação acerca do tempo necessário para que todos os agricultores e demais agentes envolvidos, tenham a compreensão do processo. Outro fator a ser observado, é a realidade em que esses agricultores e demais agentes estão inseridos, ou seja, observar o seu histórico, sua cultura, suas particularidades, seus conhecimentos e suas práticas de maneira que a construção do processo se dê a partir desses elementos.

Observados esses aspectos, o cooperativismo no meio rural pode contribuir para agregar pessoas e inseri-las num espaço de atuação coletiva, permitindo que os agricultores possam planejar conjuntamente sua produção, a comercialização, busca de políticas públicas e assistência técnica e extensão rural. E nesse aspecto é importante a formação de uma consciência sobre o que é o trabalho coletivo, onde a ajuda mútua deva prevalecer, sem pretensão de um se sobrepor ao outro. Dessa forma, através da cooperativa, os agricultores familiares poderão se firmar como entidade representativa do grupo, consolidando seu fortalecimento e sua participação na sociedade e ampliando sua inserção socioeconômica.

CAPÍTULO III - A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO RESULTADO DA MUDANÇA DA MATRIZ PRODUTIVA E SUA PRINCIPAL ESTRATÉGIA

O município de Porto Vera Cruz/RS apresenta características de relevo, condições de solos e microclima que propiciam o cultivo da fruticultura e também está composto pela presença de agricultores familiares. Foi nesse sentido, que vários esforços foram canalizados para a inserção dessa atividade no município, uma vez que muitos agricultores buscavam alternativas de diversificação da produção, o que fez com que esforços conjuntos entre estes e os técnicos ligados ao meio rural somassem conhecimentos, informações e saber acumulado para promover o desenvolvimento rural local. Esse processo será detalhado neste capítulo.

A fruticultura foi nesse município o principal item para a diversificação de produção dos agricultores, bem como para o processo de organização dos agricultores pela busca de mercados onde pudessem comercializar a sua nova produção e um marco referencial de trabalho conjunto da Prefeitura e Emater/RS-ASCAR com os agricultores e a atuação mais participativa e decisiva destes.

3.1 FRUTICULTURA – A BASE DA INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA

O Município atualmente está em um processo dinâmico de fortalecimento da alternativa de diversificação produtiva da fruticultura, e se tornou uma referência regional, por todo o complexo processo pelo qual vem passando no sentido de promover uma inversão de sua matriz produtiva, da organização social, bem como da inserção das famílias de agricultores em um mercado.

Para chegar ao patamar de referência regional na mudança da matriz produtiva para a fruticultura, Porto Vera Cruz tem uma trajetória de experimentos, práticas e estímulo à produção que tiveram êxito até iniciar a comercialização onde as promessas de aquisição da produção foram de certo modo esquecidas, como comenta o, colaborador da ONG AREDE, André Camargo.

As primeiras experiências na área da fruticultura no município de Porto Vera Cruz, foram com a implantação do CEPEX – Centro de Pesquisa e Extensão em Fruticultura Tropical. No ano de 1984, iniciou-se um programa de introdução da fruticultura tropical na região Noroeste do Estado. Foi firmado um convênio entre a EMATER/RS-ASCAR, a Cooperativa Tríticola Santa Rosa Ltda. e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para

desenvolver atividades de pesquisa e extensão rural com as culturas de abacate, abacaxi, banana, goiaba, mamão, manga e maracujá.

O desenvolvimento da pesquisa se deu principalmente pela existência do microclima na região costeira do rio Uruguai, devido às condições edafoclimáticas (solos e clima). Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Pesquisa e Extensão em Fruticultura Tropical - CEPEX, na localidade de Linha Roncador, na época pertencente ao município de Porto Lucena e, atualmente, pertencente a Porto Vera Cruz.

O programa tinha por objetivo oferecer uma nova alternativa de emprego e renda para as propriedades familiares, na época com atividades voltadas basicamente para a produção de culturas anuais (milho, soja e fumo). O projeto ainda tinha como intuito melhorar as condições socioeconômicas das famílias. Desta forma a ideia seria diminuir o êxodo rural; melhorar o abastecimento do mercado local com frutas tropicais; utilizar culturas permanentes nas áreas declivosas próximas ao rio Uruguai. O resultado do trabalho apontou espécies que tinham maiores possibilidades de expansão, conforme Gilberto José Bárbaro, técnico da Emater/RS-ASCAR.

A expansão e crescimento da fruticultura tropical na região noroeste do Estado foram incentivados principalmente pelas entidades, como, A Emater/RS-ASCAR, a Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda., a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Centro de Pesquisa e Extensão em Fruticultura Tropical e as Prefeituras da região (BÁRBARO, 2011)¹⁵.

Já no ano de 1987, inicia o programa de expansão da citricultura – Cotrirosa, onde incentiva o plantio de Citros (Valência, Taiti, umbigo e laranja doce), com garantia de compra do produto, contudo, ela não garantiu o preço pago ao produtor.

Em 1993, a UFRGS – Universidade do Federal do Rio Grande do Sul, leva a campo de forma experimental em Porto Vera Cruz e Porto Lucena, variedades de Pêssego Vanguarda Rio-grandense (BÁRBARO, 2011). Outros experimentos também foram realizados,

Em 1994, no CEPEX a Universidade do Federal do Rio Grande do Sul realiza o plantio de pêssego, ameixa, caqui, pêra asiática e uma coleção de 07 variedades de amora preta. No ano de 2001, a Cooperativa Tritícola de Santa Rosa - Cotrirosa vende através do Programa Federal Banco da Terra, toda a área do Cepex, inclusive com as instalações. Nos dias atuais ainda existe no local mangueira, banana, sendo o restante da área utilizado para o plantio de milho, hortigranjeiros e produção de leite (BARBARO, 2011, p. 36).

¹⁵ Este técnico fez um trabalho de conclusão de curso “Relato de experiência sobre a fruticultura em Porto Vera Cruz”, Tecnólogo em Agricultura Familiar na UFSM, 2011.

O colaborador da AREDE, André Camargo, relata o que vivenciou naquele período, “quando muda a direção da Cotrirosa, mudam também os conceitos com relação aos investimentos e culturas priorizadas (soja, milho e leite)”.

Todas essas experimentações foram importantes para conhecer as variedades frutíferas mais adaptáveis no Vale do Rio Uruguai onde está inserido o município de Porto Vera Cruz, da mesma maneira, esses experimentos, fizeram com que os agricultores pudessem acompanhar de maneira mais prática o comportamento das diferentes variedades, ao passo em que também se inseriam, junto aos técnicos em um processo de pesquisa, ou seja, em um processo de construção de conhecimentos, respeitada a sua sabedoria, conferindo um caráter de educação libertadora ao processo, segundo a concepção de Freire (1983).

Contudo, com a extinção do programa de expansão da citricultura pela Cotrirosa e a falta de comércio para absorver a produção, alguns agricultores abandonaram suas áreas e com isso houve um descrédito em relação ao programa da fruticultura que estava no primeiro estágio.

A introdução da fruticultura como nova matriz produtiva no município de Porto Vera Cruz/RS, veio novamente à tona em 1998 que foi gradativamente substituindo culturas anuais como soja e trigo, mostrando a importância da diversificação da produção, aliado ao solo e clima favoráveis a esta cultura.

O programa RS Rural¹⁶ 2000 teve como meta principal o apoio para que segmentos excluídos pudessem exercer sua cidadania desenvolvendo nas comunidades rurais seus próprios processos de organização e de construção de alternativas para combater problemas sociais e ambientais, tendo como principal estratégia a integração das ações de manejo dos recursos naturais, geração de renda e infraestrutura familiar e comunitária, visando à sustentabilidade ambiental e socioeconômico das comunidades e unidades de produção. Nesse sentido, era necessário desencadear um processo de construção de alternativas baseado na organização das comunidades, que permitisse a estas recuperar a confiança na sua capacidade de transformar a realidade.

A fruticultura de Porto Vera Cruz, também teve a contribuição do programa RS Rural 2000, através de Ações de Manejo de Recursos Naturais, sendo que no ano de 2000, foram

¹⁶O programa RS Rural (RS Rural, 1999), é resultado do empréstimo 4148 BR, assinado em 11 de junho de 1997, firmado entre o Banco Mundial – BIRD (US\$ 100 milhões) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (US\$ 108 milhões), com a Participação dos Municípios e Beneficiários, com a finalidade de responder a problemática socioeconômica, e ambiental para estes segmentos sociais antes não atingidos pelas políticas públicas.

elaborados 05 projetos para construção de parreirais com recursos não retornáveis (a fundo perdido). Esses projetos surgiram de reuniões nas comunidades, onde o agricultor Jacó Horn comentou em entrevista, “meu irmão viu que isso seria uma boa, então aproveitou esses recursos e implantou um parreiral de uva”.

Visando o incentivo da atividade, a Prefeitura de Porto Vera Cruz/RS contribuiu com serviços de máquinas e carpintaria na construção da estrutura do parreiral. Em 2001, foram financiados mais 06 parreirais, também com recursos não retornáveis e que também contaram com o apoio da prefeitura municipal (BÁRBARO, 2011).

Sobre o descrito acima, o técnico da prefeitura, Elias Geovani Horn afirma que “a fruticultura contribui para a permanência da família no meio rural uma vez que demanda mão de obra que aliada a uma boa renda e trabalho menos penoso pode manter principalmente os jovens no campo desde que seja vista como uma atividade prioritária que vai gerar renda”.

Desse modo pôde-se perceber que a fruticultura teve uma trajetória de pesquisas na região do Vale do Rio Uruguai, centrado principalmente nos municípios de Porto Vera Cruz e Porto Lucena que contribuiu para maiores conhecimentos sobre adaptabilidade de variedades frutíferas, mas talvez os experimentos tenham ficado no primeiro momento mais centrado nos técnicos das entidades e cooperativa, do que dos agricultores e por essa razão não ter garantido um fortalecimento do setor, o que posteriormente evoluiu com um comprometimento conjunto entre os atores envolvidos.

3.2 A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA RESULTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTO VERA CRUZ – RS

Percebendo a relevância que a atividade vinha tomando no município, em termos de movimentação com as famílias de agricultores, através da participação desses em excursões, em pesquisas, em visitas, em dias de campo, em reuniões técnicas, bem como a adoção dessas famílias de cultivo de frutas, a prefeitura se vê enquanto agente que precisa colaborar com o fortalecimento desse processo. É nesse sentido que a administração pública municipal, juntamente aos agricultores que aderiram à nova atividade, passa a articular qual a melhor maneira de contribuição da prefeitura.

A agricultora Teresinha Bosketti comenta “nossas reuniões servem para troca de experiências e permite ficar mais atento à toda a cadeia produtiva da fruticultura e a gente

pode pressionar à prefeitura para que dê mais incentivo para nós porque temos muito poucos recursos próprios”.

Nesse sentido, o município de Porto Vera Cruz, estabeleceu como política pública o incentivo à fruticultura, criando diversos mecanismos transformados em leis municipais, tais como a disponibilização de linhas de crédito (financiamentos de investimento, equalização de juros, custeio para capacitação), serviços de máquinas, serviços especializados (carpinteiros para instalação da estrutura de sustentação dos parreirais), assistência técnica e fornecimento de rótulos e embalagens.

Acerca da elaboração de políticas de incentivo para a nova atividade que se coloca ao município, a então prefeita municipal, Vanice Helena Andrade de Matos, entrevistada na exposição-feira realizada no município no mês de março de 2013, por ocasião das festividades da semana do município, afirma que: “as política públicas são para os fruticultores uma forma de incentivo, para iniciar uma nova atividade sem tradição para a maioria das famílias, um incentivo para investir em novas alternativas, melhorando a renda, a qualidade de vida, a autoestima das famílias rurais”.

Com o processo produtivo colocado entre as famílias de agricultores, e os incentivos financeiros e de serviços público e privados investidos (instituições financeiras privadas) agora surge à necessidade entre esses agricultores de buscar mercados para a colocação de seus novos produtos, as frutas. O mercado para os novos produtos foram identificados e a estratégia para a inserção desses produtos foi o cooperativismo. Contudo, essa estratégia trouxe consigo todo um processo de inserção social, de construção de cidadania que propiciou às famílias uma maior interação. As atividades de formação da cooperativa fez com que essas famílias buscassem conhecimentos para executar uma boa gestão da nova entidade. Além disso, a cooperativa proporcionou momentos de troca de experiências e conhecimentos entre as famílias envolvidas e entre os técnicos envolvidos no processo.

3.2.1 A INSERÇÃO SOCIOECONOMICA FORTALECENDO O ASSOCIATIVISMO EM PORTO VERA CRUZ/RS

A organização cooperativada, a COOPOVEC de Porto Vera Cruz, surgiu, segundo o casal de agricultores entrevistados, Ana e Edio Ehrig:

“da nossa necessidade de nós pequenos agricultores em comercializar os produtos, principalmente as frutas ao qual a gente estava investindo como uma nova alternativa. E isso deveria ser de forma mais organizada e coletiva, e assim poder

participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa federal via CONAB que em suas regras exige a organização coletiva dos agricultores (EDIO e ANA EHRIG, agricultores, sócios da COOPOVEC, 2013)”.

Isso mostra que o cooperativismo vem a fortalecer e fortificar os seus associados, sendo no caso a COOPOVEC uma cooperativa agropecuária que contribui para o planejamento e escoamento da sua produção. A COOPOVEC está alicerçada no estatuto social que a define como uma sociedade civil e de responsabilidade limitada, com um prazo de duração indeterminado e abrangendo prioritariamente o município de Porto Vera Cruz. Atualmente, já abrange alguns agricultores do município de Porto Lucena e Santo Cristo. Segundo o Estatuto Social da COOPOVEC,

Compõem a Cooperativa, segundo seu estatuto social, quaisquer pessoas que se dediquem à atividade primária de agricultura (pecuária ou extrativismo), dentro da área de ação da Cooperativa, legalmente capazes, que possam livremente dispor de si e de seus bens, e que não pratiquem outra atividade que possa prejudicar ou colidir com interesses e objetivos da Cooperativa, onde o número de associados é ilimitado quanto ao máximo, não podendo, em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas (ESTATUTO SOCIAL COOPOVEC, 2004).

O Estatuto Social da COOPOVEC ainda define: “...para associar-se, este deve ser indicado por dois sócios da Cooperativa, onde posteriormente o Conselho de Administração faz a definição da aceitação ou não do produtor como sócio”.

A administração da COOPOVEC é realizada pelo Conselho de Administração que, segundo seu estatuto social, é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva responsabilidade e decisão sobre tudo e qualquer assunto de ordem econômica ou social de interesse na cooperativa ou de seus associados nos termos da Lei, deste Estatuto e de recomendações da Assembleia Geral. É composto 05 (cinco) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos que exercem as funções de Presidente, Vice Presidente, Secretário, e dois conselheiros, sendo obrigatória, a cada eleição, a renovação de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros, sendo que só será permitido uma reeleição consecutiva (ESTATUTO SOCIAL COOPOVEC, 2004).

Dessa forma, o Estatuto Social rege de forma clara a composição do Conselho de Administração e também a sua atuação. E é importante mencionar que este estatuto pode ser alterado em algumas decisões, votado pela Assembleia Geral.

Durante o processo de “amadurecimento” da cooperativa, ficou definido o critério da obrigatoriedade da participação de duas mulheres no Conselho Fiscal. Segundo a agricultora

Ana Ehrig que integra este conselho, “procuro participar de todas as reuniões da diretoria da cooperativa a fim de que possa sempre estar inteirada dos assuntos e decisões tomadas”.

De acordo com ela, que foi entrevistada de forma conjunta com seu esposo, Edio Ehrig, “a cada trinta dias é realizada uma reunião de todo o conselho de administração e fiscal, a fim de deliberar sobre os interesses da cooperativa, e acho importante a minha presença nestas reuniões para que sempre esteja inteirada e possa opinar sobre as deliberações da Cooperativa”. Essa declaração deixa claro o processo de inserção socioeconômica que ocorre e é fortalecido pela cooperativa, pois desperta o sentimento de valorização da participação.

O técnico em agropecuária da prefeitura municipal, Elias Geovani Horn, em entrevista salienta:

“ainda está muito aquém do esperado de um grupo ser mais autônomo pois muitos integrantes já possuem longa experiência em feiras, buscam atendimento a demandas municipais e regionais, grande noção de produção, pois a demanda pelos produtos existe e cada vez mais, a descentralização do comando e a delegação de poderes ou atividades devem ser estimulado” (ELIAS GEOVANI HORN, técnico em agropecuária, secretaria municipal da agricultura, 2013).

Nos acompanhamentos realizados das atividades e eventos ao qual a COOPOVEC está envolvida, percebe-se uma autonomia e maior clareza por parte de alguns sócios no sentido de eles próprios, enquanto organização, buscarem espaços nos diversos segmentos da sociedade e também de pressionar as entidades ligadas ao meio rural para que os assessorem de forma mais direta com assistência técnica. E nessa colocação vale lembrar que os agricultores precisam acreditar e apostar nas suas potencialidades e se afirmar como produtores que sabem produzir alimentos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias, tanto para o aumento da renda, bem como para a melhoria da alimentação.

3.2.2 INICIATIVAS PROMOTORAS E INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA REALIZADAS PELA COOPERATIVA

Uma das alternativas encontradas pela cooperativa buscando o fortalecimento da produção e da inserção no mercado dos produtos de seus associados foram as compras institucionais. A cooperativa se fortaleceu com o Programa de Aquisição de Alimentos onde elabora anualmente o projeto à CONAB, comercializando dessa forma os produtos de seus associados, tanto frutas, olerícolas e panificação. O Projeto do PAA neste ano de 2013 iniciou

a entrega no dia 09 de maio e totaliza o montante de R\$389.000,00 (Trezentos e oitenta e nove mil reais). Semanalmente, neste projeto, são recolhidos os produtos junto à propriedade dos agricultores. O recolhimento é feito através de um caminhão de propriedade da UNICOOPER (Cooperativa Central da Agricultura Familiar) ao qual a COOPOVEC é associada.

A COOPOVEC realiza periodicamente a compra de insumos de forma conjunta aos seus associados, como sementes e mudas de hortaliças, mudas de manga, abacaxi, manga, uva, além de arame e postes. Nestas compras conseguem barganhar até 30% de redução no valor total. Desde a sua fundação, a COOPOVEC se integrou numa parceria com entidades como a ASTRF¹⁷, ONG AREDE, Emater/RS-ASCAR (escritório municipal, regional e UCP – Unidade de Cooperativismo), Prefeitura Municipal e UNICOOPER, onde foram realizadas palestras para os seus sócios, como, produção de cana de açúcar, variedades de parreiras mais adaptáveis ao Vale do Rio Uruguai, cooperativismo, Programa de Aquisição de Alimentos. Essas atividades demonstram o quanto essa estratégia é importante e pode ser eficiente para a promoção da inserção socioeconômica das famílias envolvidas.

Dentre as diversas atividades que a cooperativa tem proporcionado para os seus associados, cabe ressaltar, no corrente ano, a realização de um dia de campo sobre cooperativismo associado à fruticultura e olericultura, na localidade de Lajeado Seco, Porto Vera Cruz. Este evento foi promovido numa parceria conjunta da COOPOVEC, UCP (Unidade de Cooperativismo), Emater/RS-ASCAR, prefeitura municipal, ONG AREDE e UNICOOPER, no dia 23 de abril do corrente ano. Os associados participaram das palestras realizadas junto ao clube da localidade e após nas oficinas que tinham como temática: fruticultura, olericultura, qualidade das mudas frutíferas e olerícolas, políticas públicas para a fruticultura.

¹⁷ ASTRF: disponível em: http://www.relinter.rs.gov.br/upload/1342205842_RAMBO.pdf. Acesso 16 jun. 2013, p. 143



Figura 1. Presidente da COOPOVEC falando sobre o PAA na prática
Fonte: Ivone Teresinha Angst, 2013.

Estas oficinas, que tinham uma duração de 15 minutos cada, acontecendo de forma simultânea e visitada por todos os participantes do evento, organizados em grupos, foram realizadas junto a propriedade de dois sócios da COOPOVEC, onde foram tratados os seguintes assuntos e coordenadores: oficina 1 - qualidade das mudas frutíferas e olerícolas coordenado por um sócio da cooperativa e engenheiro agrônomo da Emater/RS-ASCAR regional Santa Rosa; oficina 2 - políticas públicas, coordenado por um técnico da prefeitura e sócia da Cooperativa; oficina 3 – olericultura, coordenado pelos técnico da Emater/RS-ASCAR e a oficina 4 – fruticultura, coordenado pela extensionista do bem estar social da Emater/RS-ASCAR.

O envolvimento da diretoria da cooperativa neste evento, conforme relata em entrevista o responsável pela Emater/RS-ASCAR municipal, Gilberto José Bárbaro, "foi significativo, pois se percebe uma atuação forte do presidente, que fala com entusiasmo desse trabalho coletivo, acreditando que muito mais famílias possam se integrar nessa coletividade".

A Emater/RS-ASCAR, através da sua Unidade de Cooperativismo (UCP), presta assessoria à cooperativa a fim de incrementar a sua gestão e administração. Segundo a coordenadora da UCP Santa Rosa, Cleia Santos Moraes, "a cooperativa é bastante promissora e comprometida com seus associados, contudo necessita ainda de alguma formação em termos

de gestão participativa, que é a base do cooperativismo. O que se percebe é que a gestão ainda se mostra centralizada sem muita abertura para a participação efetiva de mais associados”.

Quando se fala na participação das pessoas, é interessante observarmos o que Amodeo (2008) menciona,

(...) a participação é o principal elemento para a ação comunitária e a promoção do desenvolvimento. Uma boa participação deveria remeter na valorização dos princípios cooperativos, numa boa organização do quadro social e na ação econômica. Possivelmente, a falta de participação possa se dever ao fato de insuficiente capacitação, o que ocasionaria no perigo da formação de elites dirigentes e que acabem controlando a organização e sem se preocupar com a construção de uma estrutura participativa e democrática que garanta a capacitação e a rotação dos associados os cargos de dirigentes. (AMODEO, 2008 apud MILAGRES et all, 2008,p.8).

Essa percepção de centralização de decisões é apontada e comentada pelas entidades que acompanham a COOPOVEC e também por alguns sócios da cooperativa. O que deixaram transparecer nessa discussão é que a cooperativa precisa assumir para melhorar sua gestão e forma de atuação, com o comprometimento de todos os associados.

Em entrevista com o presidente da cooperativa, é manifestado que “muitos sócios não comparecem às reuniões ou assembleias e não buscam informações do andamento das atividades da cooperativa”, o que leva a pensar que este possa ser o ponto chave da percepção sobre a centralização das decisões.

A participação efetiva dos sócios fortifica o coletivo e permite com que haja a opinião e a tomada conjunta de decisões, o que na COOPOVEC em muitos momentos está deficitário uma vez que, segundo o presidente da mesma, “muitos sócios não participam das reuniões ou assembleia e depois reclamam que são tomadas decisões para beneficiar um pequeno grupo”.

Mas também nas observações de atuação do presidente da COOPOVEC, os técnicos entrevistados foram unânimes em apontar que percebem que o presidente da COOPOVEC não delega muito as tarefas, que ele deve apostar mais nos sócios e não se preocupar tanto com o destaque do seu nome.

Essas considerações se tornam interessantes porque apontam sobre as dificuldades de gerenciamento e de composição de um grupo, onde diferentes percepções entram em choque.

A participação em feiras regionais e municipais já acontece em alguns momentos, como, Hortigranjeiros¹⁸, Expolucena¹⁹, e aquelas como semana do município de Porto Vera

¹⁸ Informações sobre a Feira no site: <http://www.hortigranjeiros.com.br/A-Feira/>. Acesso em: 07 jun. 2013

Cruz e Festa das Frutas. Nelas também se apresenta a maior participação dos fruticultores membros da diretoria da Cooperativa, mas também nas conversas informais realizadas junto a estas famílias, são as que já estão mais envolvidas durante anos nas feiras e tem como sua principal ou então a maior renda a comercialização de frutas e olerícolas.

Outro ponto a destacar sobre a atuação da cooperativa foi a sua participação na Fenamilho (Feira nacional do Milho) que aconteceu no mês de abril e maio de 2013 no município de Santo Ângelo. Nesta feira, dois representantes da cooperativa expuseram o trabalho da cooperativa junto ao espaço institucional da UCP, mantendo contato com o público para divulgar o seu trabalho e orientar as pessoas de como proceder para formação de uma cooperativa de agricultores. Foi um momento onde expuseram amostra de alguns produtos que seus associados produzem. Percebeu-se que os dois sócios tem facilidade de interagir com o público, fruto de uma caminhada que tiveram durante os anos de trabalho junto à COOPOVEC. Já o técnico Gilberto José Bárbaro, da Emater/RS-ASCAR de Porto Vera Cruz, aponta em entrevista que ”percebeu-se que os sócios da cooperativa aproveitaram o momento da participação na feira para manter contatos sobre possibilidades de novos mercados e aperfeiçoamento sobre cooperativismo”.



Figura 1. Sócios da COOPOVEC na Fenamilho

Fonte: Emater/RS-ASCAR de Porto Vera Cruz, 2013.

¹⁹ Informações sobre a Feira no site: <http://expolucena.com.br/2013/index.php>. Acesso em: 07 jun. 2013

Segundo Jacó Horn:

“é importante nossa participação no espaço institucional, pois divulgamos nosso trabalho e trocamos ideias. Colaboramos com informação para outras pessoas de como organizar uma cooperativa. Sentimo-nos confiantes, pois aprendemos a nos envolver com a sociedade de forma mais intensa” (JACÓ HORN, agricultor, presidente da COOPOVEC, Porto Vera Cruz, 2013).

Assim, no município de Porto Vera Cruz/RS, o processo de diversificação da produção das famílias de agricultores, aliado à estratégia de cooperativismo que se deu durante esse processo, mostrou o quanto importante isso foi na inserção socioeconômica de todas as famílias envolvidas, sua interação e trabalho conjunto com os de técnicos, vizinhos e demais agentes envolvidos nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos mais interessantes observados nesta pesquisa sobre a mudança da matriz produtiva em Porto Vera Cruz a partir do ano de 1998 foi que esse processo envolveu a mobilização e o engajamento de diversos atores sociais. Isso foi diferente em relação às experiências anteriores da fruticultura no município, desde a década de 1980 onde as entidades estavam mais apropriadas e envolvidas nos experimentos, ao invés do agricultor. O processo de transformação observado a partir da caminhada de mudança da matriz produtiva foi base para a reprodução social da comunidade, trazendo ações que alteraram significativamente a dinâmica socioeconômica desta localidade, trazendo novos conhecimentos que, de alguma forma, proporcionaram transformações econômicas e até mesmos sociais e culturais.

Pode-se dizer que houve a inserção socioeconômica das famílias de agricultores do município de Porto Vera Cruz/RS através da diversificação da produção com a mudança da matriz produtiva para a fruticultura que ao mesmo tempo estimulou as famílias a investirem também em outras alternativas como a olericultura. Nessa caminhada para a matriz produtiva da fruticultura, os agricultores perceberam a importância de se ter um trabalho cooperativo e comunitário, conjunto com os técnicos ligados ao meio rural.

A mudança da matriz produtiva para a fruticultura foi um processo gradativo e contínuo onde os agricultores utilizaram o seu saber acumulado numa troca de experiências e soluções entre si e com outras famílias e estão se fortalecendo com os conhecimentos técnicos, na busca e relação com os consumidores e no tencionamento para ampliação de políticas públicas que possam contribuir para alavancar e aprimorar o processo em questão. Nesse sentido, as políticas públicas vieram a contribuir para a ampliação das áreas frutíferas uma vez que os agricultores possuíam pouco recurso financeiro próprio para investir.

A inserção socioeconômica dos agricultores fica evidenciada na cadeia da fruticultura onde o planejamento da produção, o manejo e a busca por canais de comercialização e a pressão destes por políticas públicas ligadas ao setor são buscados de forma coletiva, num processo de cooperação ao qual utilizaram como estratégia a formação da COOPOVEC.

Essa estratégia, ou seja, o cooperativismo fortaleceu os agricultores familiares que se tornaram mais atuantes e envolvidos na cadeia da fruticultura. E, também houve o fortalecimento da participação da mulher nesse processo, alterando os estatutos para que estas sejam sócias e que haja a obrigatoriedade delas no Conselho Fiscal. Esse aspecto foi

observado e posteriormente valorizado pela cooperativa, pois a cadeia da fruticultura requer um envolvimento maior de todos os membros da família nas diversas atividades executadas. Posteriormente houve o fortalecimento para participação dos jovens, sócios, que se apropriaram da elaboração de projetos da mesma; fortaleceu igualmente o grupo na aquisição de insumos e variedades frutíferas, comercializando a produção em feiras e mercados institucionais, fortalecendo suas relações com a sociedade que vê a cooperativa como uma entidade fortalecida e respeitada no município e região, servindo de referência na região fronteira noroeste.

No transcorrer do processo que alavancou a fruticultura, fortificada pela estratégia do cooperativismo, o município começou a passar também por uma transformação estrutural em seu processo administrativo, o que se confirma através da estruturação de políticas e incentivos ao novo enfoque produtivo que se coloca. Nesse sentido, são destinados recursos do orçamento municipal para o Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente onde os agricultores tem acesso ao financiamento de áreas frutíferas, receber serviços de carpintaria para a instalação de pomares, embalagens como caixas personalizadas para o acondicionamento das frutas a serem comercializadas.

Ao mesmo tempo, a Emater/RS-ASCAR se comprometeu junto aos agricultores cooperativados um trabalho mais assíduo no acompanhamento da gestão e planejamento da produção desses associados, fortificando o elo com a Unidade de Cooperativismo (UCP) e também uma ampla parceria com as diversas entidades, e isso fruto do fortalecimento dos agricultores cooperados que colocavam essa demanda como fundamental.

A estratégia do cooperativismo serviu então para fortalecer as reivindicações dos agricultores, no sentido de receberem maior suporte técnico, uma vez que, considerando que a fruticultura já é um processo consolidado, os conhecimentos sobre a cadeia da fruticultura precisam ser aprimorados.

Outro ponto importante a considerar nos resultados é no sentido de que muitas famílias se mostram satisfeitas com o processo e mantêm uma adequada participação, agora via cooperativa, em todo o processo que se apresenta de alteração da matriz produtiva. A participação nas reuniões e assembleias foi melhorando gradativamente e muitos sócios estimulam outros agricultores a se associarem, mostrando que a forma cooperativada os fortalece, evitando ou diminuindo inclusive a comercialização individual que acarreta maiores custos, uma vez que muitos sócios não possuem veículo próprio e necessitariam transportar os produtos em ônibus. Mas também é um ponto de discussão que demonstra a necessidade de

aprimoramento por parte dos agricultores uma vez que alguns destes têm uma participação limitada na cooperativa o que pode gerar conflitos, principalmente para a oferta de seus produtos na comercialização conjunta e, não assimilar esse princípio participativo que uma cooperativa propõe.

A inserção socioeconômica é evidenciada também pelo incremento de renda e de qualidade de vida e de trabalho das famílias inseridas no processo. A rentabilidade nas pequenas áreas, inclusive nas áreas com declividade é muito superior em relação à cultura anual, ao mesmo tempo em que a fruticultura demanda poucos equipamentos e de baixo custo, o aproveitamento do adubo orgânico existente na propriedade e o uso de caldas naturais, proporcionando um custo baixo de produção e assim aumentando os rendimentos financeiros. O aumento da renda familiar proporcionou a aquisição de automóvel por parte de alguns agricultores, facilitando com isso a agilidade da entrega de produtos a consumidores finais, ao mesmo tempo em que contribuiu para os passeios e ao lazer das famílias.

Os custos baixos na fruticultura, principalmente relacionados ao uso de caldas naturais e insumos da propriedade, como o esterco, é resultado do interesse dos agricultores em realizar experimentos e assim trocar estes saberes entre os associados da cooperativa, aliado à concepção destes da importância da forma participativa nesta troca dos saberes e da busca pela evolução destes saberes com os técnicos ligados ao meio rural. A isso, se reporta ao que afirma Paulo Freire, (2006), extensionistas, agricultores e agricultoras participam de um mesmo processo, uma vez que ambos estão construindo um novo olhar sobre a realidade.

O processo todo está em contínua construção. Ele é dinâmico, contudo precisa ser realizado gradualmente, com a mobilização dos diversos agentes envolvidos, sem que etapas sejam “atropeladas”. E dizer ainda, segundo Paulo Freire, (2006), ao mesmo tempo em que é necessário estimular um processo de busca infindável do conhecimento, é preciso também ter uma postura de paciência com os ritmos e as respostas que os atores envolvidos no processo podem dar, no seu tempo. E desta forma então, a cadeia da fruticultura é um novo passo na mudança da matriz produtiva local, que, alicerçada na estratégia cooperativista, poderá ampliar ainda mais a inserção socioeconômica dos agricultores familiares do município de Porto Vera Cruz.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1997, 275p.
- BÁRBARO, Gilberto José. **Relato de experiência sobre a fruticultura em Porto Vera Cruz**. Trabalho de conclusão de curso. Santa Maria, 2011.
- CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. 1ª Edição. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.
- DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.
- EMBRAPA Clima Temperado. **Introdução a fruticultura**. Cap. I. José Carlos Fachinello & Jair Costa Nachtigal. Disponível em: http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/livro/fruticultura_fundamentos_pratica/1.1.htm. Acesso em: 06 de fev. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- GERHARDT, Tatiana Engel, et all. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 120p.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.> Acesso em: 30 mai. 2013.
- MAGERA, Márcio. **Os empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005, 194 p.
- MARASCHIN, Ângela de Faria. **As relações de reciprocidade entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa – RS**. Dissertação (Pós-Graduação). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6407/000485056.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5ª edição Revista e Ampliada. São Paulo, Atlas, 2009.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Segurança Alimentar – Programa de Aquisição de Alimentos: PAA. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 16 jun. 2013.
- MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; SOUZA, Diego Neves de; AMODEO, Nora Beatriz Presno. **180 - A influência das cooperativas no desenvolvimento comunitário da zona da mata – MG. Identidades, valores e governança. V encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo**. Disponível em: <

http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/180-milagres.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2013.

NOVAES, José Roberto. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. In: LOUREIRO (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez: autores associados, 1981.

PACÍFICO, Daniela A. História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas. p.33-45. IN: DAL SOLGIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

RUAS, Elma Dias et all. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, março de 2006. 134 p.

RODRIGUES, Andriago. **Estatística Espacial e análise de Cluster em dados de desastres naturais: Mapeamento das estiagens e inundações no Rio Grande do Sul entre 2003 e 2009**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36533/000818445.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16 de abr. de 2013.

SANTOS, Fabiano Santana. **Momentos de empowerment: estratégia de pequenos produtores cooperados vinculados à agricultura familiar do Rio Grande Sul**. Porto Alegre, 2010, p. 26. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26800/000760797.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 fev. 2013.

SCHÄFFER, Clair Júnior de Oliveira. **A diversificação de atividades agrícolas na agricultura familiar do município de Sertão Santana, RS, a partir do programa municipal de incentivo à viticultura**. Trabalho de conclusão de curso do PLAGEDER. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38163/000820156.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 de mai. 2013.

SCHNEIDER, Jose Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: Loureiro Maria Rita. Org., **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1981.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SEN, Amartya Humar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Teixeira Motta. São Paulo, Cia Letras, 2000, 409p.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília, 2003, 112p.

SILVA, Paola; ABRANTES, Rumeninng; OLIVEIRA, Aladenisa C. de. **Doutrina e Princípios Cooperativistas: um estudo de caso na cooperativa Maxi Mundi**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.5, n.3, Pub.6, Julho 2012) Disponível em: <http://www.itpac.br/hotsite/revista/artigos/53/6.pdf>. Acesso em: 25 mai.2013.

SIQUEIRA, Oscar Graef. **A crise das grandes cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS)**. Julho de 2001. Dissertação (Mestrado). UFRGS/PGDR. Disponível em: Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000315722&loc=2004&l=b42877c2bdca5687>. Acesso em: 05 mai. 2013.

SOBERS. **Diversificação agrícola: uma alternativa para a agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/681.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2013.

STRECK, Edeimar Valdir et. al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2 edição, 222 p. Porto Alegre:EMATER/RS-ASCAR, 2008.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A:fase, 2001. - (economia solidária).

WAQUIL, MIELE, SCHULTZ. **Mercado e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre, UFRGS, 2010, p. 62.

Fundação de Economia e Estatística. Corede Fronteira Noroeste. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Porto+Vera+Cruz. Acesso em 09 jun. 2013.

APÊNDICE I – OPERACIONALIZAÇÃO CONCEITUAL

Conceito	Dimensões	Indicadores
Inserção socioeconômica	Organização coletiva	Aspectos do cooperativismo
		Outras formas de organização
		Comercialização conjunta
		Demandas
	Rendimento	Fruticultura
		Outras fontes de renda familiar
	Estratégias produtivas	Diversificação da produção
		Mercado

APÊNDICE II - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA COM AGRICULTORES

1. Quando começou a participar da cooperativa?
2. O que motivou você a isto?
3. Como se dá esta participação?
4. Quais as vantagens da participação?
5. Participa de outros grupos ou entidades?
6. Participa de atividades e eventos relacionados a sua organização e produção?
7. Realizam vendas individuais?
8. Realizam vendas conjuntas?
9. Como se dá esse processo?
10. Existe acompanhamento técnico? É o suficiente?
11. Como se dá essa interação entre agricultores e técnicos?
12. Que tipo de reivindicações faz aos agentes públicos?
13. Porque decidiram adotar a fruticultura?
14. Como foi este processo?
15. A fruticultura aumentou ou não sua renda? Por quê?
16. Participa de atividades e eventos relacionados à fruticultura?
17. Existem políticas públicas para facilitar a implantação e ampliação das áreas de áreas frutíferas?
18. A fruticultura contribui para a permanência no meio rural? De que forma?
19. Com que frequência acontece a entrada de recursos proveniente da comercialização? É satisfatório?
20. Além das frutas, o que mais proporciona renda para a família?
21. Além da fruticultura, que outras culturas produz?
22. Como vê a questão da diversificação da produção?
23. Como acontece o escoamento da produção?
24. Que medidas foram tomadas para buscar o mercado?

25. Como ocorre isto?
26. Quais as dificuldades e facilidades para a comercialização?
27. Além da fruticultura, que outros cultivos comercializam?
28. Como se dá a relação com os consumidores?

APÊNDICE II

ROTEIRO DE PERGUNTAS ELABORADAS PARA OS TÉCNICOS

1. Como a fruticultura contribui para a permanência da família no meio rural?
2. Como foi o seu acompanhamento na mobilização e formação da COOPOVEC?
3. Qual a tua percepção sobre o planejamento da COOPOVEC?
4. Como vês hoje a COOPOVEC?
5. Como vês a atuação dos sócios? E da diretoria?
6. Como percebes e o que pensa sobre o aumento dos sócios?
7. Qual a inserção dos jovens, sócios da cooperativa, dentro dela?
8. Como foi o processo da mudança da matriz produtiva para a fruticultura?
9. Quanto à rentabilidade da fruticultura, ela é significativa nas pequenas áreas da agricultura familiar?
10. Como percebes a inserção dos fruticultores nas políticas públicas, nos mercados institucionais e na sociedade em geral?
11. Como é a atuação dos fruticultores na busca por recursos ou políticas públicas?

